

MANOEL DOS PASSOS DA SILVA COSTA

FILOSOFIA
Alguns Tópicos

Pato Branco-PR
2004

FILOSOFIA

Alguns Tópicos

Scientia omnium rerum per ultimas causas.

A Ciência, a ciência, a ciência...

Fernando Pessoa

A Ciência, a ciência, a ciência...

Ah, como tudo é nulo e vão!

A pobreza da inteligência

Ante a riqueza da emoção!

Aquela mulher que trabalha

Como uma santa em sacrifício,

Com quanto esforço dado ralha!

Contra o pesar, que é o meu vício!

A Ciência! Como é pobre e nada!

Rico é o que alma dá e tem.

ÍNDICE

ÍNDICE	3
INTRODUÇÃO	5
CONCEPÇÕES DE HOMEM	7
<i>Concepção metafísica</i>	7
<i>Concepção naturalista</i>	8
<i>Concepção histórico-social</i>	8
PERÍODOS DA FILOSOFIA	9
<i>A busca de uma explicação</i>	9
FILOSOFIA OCIDENTAL	10
<i>Filosofia pré-socrática</i>	12
<i>Filosofia clássica</i>	14
<i>Filosofia medieval</i>	14
<i>Filosofia medieval depois de tomás de aquino</i>	16
<i>Filosofia moderna</i>	16
EPISTEMOLOGIA	17
<i>Mecanicismo e materialismo</i>	21
FILOSOFIA EVOLUCIONISTA	24
FILOSOFIA ANALÍTICA	24
FILOSOFIA EXISTENCIAL	24
LÓGICA	27
Validade e verdade	29
Falácia: argumento inválido	30
Proposições categóricas	31
Argumentos dedutivo e indutivo	32
Indução	32
Princípio de contradição	34
METAFÍSICA	35
ÉTICA	40
<i>Moral</i>	40
<i>Norma jurídica: regra social de conduta com base no poder do Estado.</i>	40
<i>Componentes da vida moral</i>	40
<i>Características axiológicas</i>	40
<i>A filosofia e os princípios éticos</i>	41
<i>História</i>	41
<i>Ética cristã</i>	42
<i>Tendências recentes</i>	43

<i>Ética e globalização</i> -----	44
<i>Estética e arte</i> -----	59
<i>Principais influências contemporâneas</i> -----	59
O TRABALHO-----	60
<i>O trabalho e a condição humana</i> -----	60
<i>Conceito de trabalho</i> -----	61
<i>As forças produtivas</i> -----	62
<i>Modo de produção</i> -----	63
CAPITALISMO -----	64
Início do capitalismo-----	64
Estado e mercado-----	65
Divisão do Trabalho -----	66
Taylorismo -----	66
Taylorismo no terciário -----	67
SOCIALISMO -----	68
Socialismo científico-----	68
Comunismo-----	69
Marxismo-----	69
<i>Trabalho alienado</i> -----	70
<i>Os trabalhadores</i> -----	71
<i>Educação e Trabalho</i> -----	72
Tecnicismo -----	73
Formação polivalente -----	74
<i>A revolução liberal</i> -----	77
<i>Liberalismo econômico</i> -----	77
Estado de Bem-estar social -----	78
Neoliberalismo -----	78
O mundo integrado -----	80
Desemprego -----	80
Globalização da informação-----	81
Capital financeiro -----	81
CIDADANIA E TRABALHO-----	83
REFERÊNCIAS-----	Erro! Indicador não definido.

INTRODUÇÃO

Se me disponho a filosofar, é porque busco compreender as coisas e os fatos que me envolvem, a Realidade em que estou imerso. E porque quero saber o que posso saber e como devo ordenar minha visão do Mundo, como situar-me diante do Mundo físico e do Mundo humano e de tudo quanto se oferece à minha experiência. Como entender os discursos dos homens e meu próprio discurso. Como julgar os produtos das artes, das religiões e das ciências.

Mas não posso esquecer todos os outros que filosofaram antes de mim. Num certo sentido, é porque eles filosofaram que me sinto estimulado a retomar o meu empreendimento. O legado cultural da espécie põe à minha disposição uma literatura filosófica extremamente rica e diversificada, de que minha reflexão se vai alimentando. Se me disponho a filosofar, tenho também de situar-me em relação às filosofias e a seus discursos, tenho de considerar os problemas que eles formularam e as soluções que para eles propuseram.

A filosofia tem por função, entre outras coisas, refletir sobre o refletir. Através do filosofar, podemos saber mais sobre a nossa capacidade reflexiva. Por quê? Porque, em assim o fazendo podemos exercer o poder de reflexão mais amplamente, mais efetivamente e com mais precisão. Mas por que é tão importante exercer a capacidade reflexiva? A resposta é simples, mas essencial. Sem refletir, não poderíamos *ser livres*. Agir sem refletir significa não ser dono das próprias ações, ou ser movido por causas outras que não a nossa própria razão. Essa é a diferença entre nós e os robôs. Eles não possuem poder de reflexão e por isso mesmo eles não podem escolher por si mesmos o curso de ação que irão adotar. Do mesmo modo, quando adotamos um certo curso de ação 'sem refletir', mecanicamente, a gente se assemelha a um autômato, ou a um robô nas mãos do primeiro que passa.

É neste momento que fica claro o porquê do filosofar. A ponte entre a filosofia e as outras áreas não é imediata. Mas ela existe. Quando digo que sem refletir seríamos apenas autômatos, eu quero dizer que a atividade reflexiva é condição de possibilidade das decisões *livres*. Se assim é, então *filosofia tem a ver com liberdade*. Explico melhor: se a atividade reflexiva leva-nos a ser livres, e se a filosofia permite-nos usar essa capacidade reflexiva com cada vez mais profundidade, então a filosofia pode ser vista como uma ferramenta essencial para a nossa liberdade, levando-nos a *pensar mais claramente* e, em conseqüência disso, a usar a capacidade de escolha em sua plenitude. O exercício da filosofia é a expressão mais profunda e plena da nossa liberdade. É a liberdade do pensar, do refletir, que nos leva a agir livremente. O exercício da liberdade pressupõe que reflitamos sobre as nossas vidas, as nossas ações, as pessoas que nos rodeiam, o país em que vivemos, as regras da comunidade a qual

pertencemos, e as informações (verdadeiros ou falsas) que obtemos, etc.

Esse é um resultado fundamental. Se surgir então a pergunta sobre o porquê de se estudar filosofia, independente dos interesses intelectuais de cada um, essa é uma resposta possível. Além disso, a relação entre filosofia e liberdade permite que a gente responda àqueles que dizem que o filósofo em nada contribui para o desenvolvimento da humanidade ou para a mudança (para melhor) da realidade. Se procurarmos mudar a realidade sem liberdade, na verdade estaremos mudando algo não segundo a nossa vontade, mas segundo a vontade dos outros.

Nas páginas seguintes, recortamos alguns aspectos bastante sucintos sobre filosofia apenas para nortear nosso estudo. A complementação de conteúdos, as competências e habilidades à sua profissionalização depende das ações e da sua própria vontade. Afinal, filosofia é liberdade conjugada com responsabilidade.

CONCEPÇÕES DE HOMEM

O que é o homem? É esta a primeira e principal pergunta da filosofia. (...) Se pensamos nisto, a própria pergunta não é uma pergunta abstrata ou “objetiva”. Nasceu daquilo que refletimos sobre nós mesmos e sobre os outros e queremos saber, em relação ao que refletimos e vimos, o que somos e em que coisa nos podemos tornar, se realmente ou dentro de que limites somos “artífices de nós próprios”, da nossa vida, do nosso destino. E isto queremos saber-lo hoje, nas condições dadas hoje, pela vida “hodierna” e não por uma vida qualquer e de qualquer homem.

Gramsci

Toda concepção de mundo e forma de agir partem de uma idéia de homem. As teorias humanísticas sustentam-se procurando compreender um conceito de homem. Por isso é importante na práxis educativa que se tenha claramente tematizada a questão antropológica. Seleccionamos, então, como temática primeira de nossos encontros *as concepções de homem*, de modo bastante sucinto, mesmo porque o ser-humano – o animal que pensa – é o grande garimpeiro de uma longa atividade de escavação que é a filosofia.

A semente que germina produz ramos, folhas, flores e frutos. O pensamento que pensa produz conhecimentos e falas diversas. Produz o conhecimento que calcula (as ciências), imagina (as artes) e confia (a fé). E produz a filosofia. (Buzzi, 1991:9)

Aranha (2000: p. 112), destaca três principais enfoques antropológicos: a concepção metafísica, a cientificista ou naturalista e a histórico social, dos quais apresentamos alguns tópicos.

Concepção metafísica

A existência humana no mundo está na questão do ser, na unidade e na multiplicidade.

A essência caracteriza cada coisa. A essência humana é um modelo a ser atingido.

Educação vista como processo de aperfeiçoamento, desenvolvimento das potencialidades do indivíduo.

“ *O fim da educação é desenvolver, em cada indivíduo, toda a perfeição de que ele seja capaz*” (Kant).

Nesta concepção, a educação é centrada no interior do indivíduo e o modelo de homem é determinado *a priori*.

Concepção naturalista

Descartes, Loocke, Galileu e Newton criaram novas teorias sobre o conhecimento e que até hoje orientam a ciência e pesquisas científicas, pois desenvolveram o *método científico*.

A ciência percebe *regularidades* na natureza e o homem procura encontrar as regularidades que marcam seu comportamento.

A educação inspira-se numa metodologia que enfatiza a rigorosa programação dos passos para se adquirir o conhecimento (behaviorismo/psicologia comportamentalista).

Tentativa de adequar a metodologia das ciências humanas ao método das ciências da natureza (experimentação, controle e generalização). Contrapõem-se às teorias humanistas.

Concepção histórico-social

A crítica ao mecanicismo newtoniano e ao empirismo de Locke e a primazia do sentimento sobre a razão, faz com que importantes pensadores passem a conceber uma nova visão antropológica, a histórico-social, amparada no romantismo alemão.

Rousseau desloca o centro do processo educacional do mestre para o aluno. Visão de homem está no sentimento (o coração ou consciência moral); destaca dois níveis: natureza e sociedade.

Hegel: concebe o ser como processo, como movimento, como vir-a-ser (*filosofia do devir*). O homem passa a ser como *ser-no-tempo*. Desenvolvimento do Espírito.

Marx: o mundo material é anterior ao espírito, e este deriva daquele. Os homens se definem pela produção e pelo trabalho coletivo. O homem deve ser compreendido como um ser real, concreto, situado em um contexto histórico-social.

Privilegia-se o processo, a contradição e o caráter social do se fazer homem.

A pedagogia contemporânea busca o homem como pessoa ou ser social numa interação entre sujeito e sociedade.

PERÍODOS DA FILOSOFIA

A **filosofia** tem dois objetivos importantes. Em primeiro lugar, tenta dar ao homem uma visão unificada do universo em que vive. Em segundo lugar, procura fazer com que a pessoa tenha um pensamento mais crítico, ao aguçar sua capacidade de raciocinar com clareza e precisão. O filósofo norte-americano William **James** (1842-1910) definiu a filosofia como “*uma tentativa geralmente obstinada de pensar com clareza*”. Um filósofo é uma pessoa que pensa com maior profundidade e obstinação do que as outras.

O termo **filosofia** origina-se de duas palavras gregas, **philo** e **sophia**, que, reunidas, significam **amor à sabedoria**.

Lê-se em GOMES (2001) que

em Sócrates e Platão, existe uma contraposição entre sabedoria e filosofia. A sabedoria perfeita é própria de Deus, que é o sábio por excelência. Os homens são filósofos, isto é, amantes ou aficcionados à sabedoria. Estão em busca do saber, guiam-se pela procura do saber, embora nunca o terão plenamente.

A filosofia possui um grande valor para as pessoas que vivem nesse mundo complicado. Muitas delas não têm fundamentos ou crenças que norteiem suas vidas. A filosofia pode fornecer-lhes uma estrutura racional, com a qual podem pensar. Ao aceitar uma determinada corrente filosófica, o homem tem possibilidade de começar a buscar certos objetos e dirigir seu comportamento. Por exemplo, um *estóico* tenta dominar suas emoções; um *epicurista* busca a felicidade através do prazer; o *racionalista* tenta chegar ao conhecimento através da razão; o *cristão* luta pela salvação através da graça e dos ensinamentos de Jesus Cristo. Cada conjunto de crenças leva a um determinado modo de pensar e a um comportamento diferente.

A filosofia também examina fundamentos de outros estudos. Pergunta ao cientista social o que acredita ser a natureza do homem. Indaga ao físico por que utiliza o método científico. A filosofia procura organizar as conclusões das várias ciências para mostrar os diversos modos como estão relacionadas.

A busca de uma explicação

O **homem** primitivo não começou filosofando, assim como o homem medieval não podia ainda fazer Ciência. Sua mente primitiva se sentia estimulada a explicar uma Natureza totalmente desconhecida. Recém-vindo de uma evolução biológica surpreendente, sua mente era, diante das coisas, um papel em branco onde iria escrever seus mitos.

O mito surge da necessidade consciente e inconsciente que o homem tem de explicar seu meio e seus problemas desconhecidos. Depois da explicação, sente-se como que dono da situação. Apossa-se intelectualmente do fato. Ora, quando o homem surgiu na Terra, tudo era incógnito e, por conseguinte, sua imaginação começou a criar explicações numa função existencial de dar sentido a seu meio. Estas explicações primitivas recebem a denominação de mitos. O mito, ainda hoje, é uma constante da mente humana.

Mito é um contexto explicativo feito para esclarecer um fato até então desconhecido. Segundo Cordi (1995, p.9), pode-se definir mito como uma narrativa imaginária que estrutura e organiza de forma criativa as crenças culturais

Relato mitológico é aquela elaboração de natureza poética, literária, moral, que se faz sobre um mito ou algum fato de natureza literária ou histórica.

Mitologia é o conjunto dos relatos mitológicos, podendo incluir alguns mitos de determinado povo.

O mito, em suma, é o pensamento anterior à reflexão mais crítica. Nasceu de uma atitude primária diante das coisas, sem rigor racional e sem crítica pessoal. Isto seria característica do momento seguinte: o *filosófico*.

Platão e Aristóteles assinalam como princípio da filosofia o desejo de saber, inato no ser humano, excitado pela admiração e curiosidade frente aos fenômenos da natureza. Platão, em *Teeto 155d*, escreve que:

É característico do filósofo o estado de ânimo da admiração, pois outro não é o princípio da filosofia. E não estabeleceu mal a genealogia aquele que disse que Íris (a filosofia) é filha de Thaumante (a admiração).

A reflexão, a meditação ativa e a razão crítica viriam “interpretar” o mundo mítico e elaborar um outro tipo de explicação: a **filosófica**.

Concluimos com Buzzi (1991, p.84) que o mito ocupa todos os espaços da vida humana e faz do mundo uma celebração de sonho e de delírio. Os demais conhecimentos se enraízam no mito e são modulações de sua força. É sempre a experiência mítica que entusiasma a filosofia e a ciência. E hoje é ainda ela que comanda a produção e o uso das máquinas e dos aparelhos técnicos.

FILOSOFIA OCIDENTAL

Entendemos a filosofia ocidental como o estudo racional e crítico dos princípios básicos da compreensão.

Divide-se quase sempre em quatro ramos principais: **metafísica** (O que é real?), **epistemologia** (Como se sabe? O que é verdade?), **ética** (Qual é a natureza do bom, do religioso?) e **estética** (Qual é a natureza do belo?). Contudo, diversos compêndios costumam relacionar os principais campos de domínio da filosofia, além dos já

relacionados, ainda a **teoria do conhecimento**, a **filosofia política**, a **filosofia da história**, a **história da filosofia**, a **filosofia da linguagem**, a **lógica** e a **filosofia aplicada**. Para um maior entendimento, observe-se as definições de cada campo apresentadas por Chauí (2000, p.54-55):

Ontologia ou metafísica: conhecimento dos princípios e fundamentos últimos de toda a realidade, de todos os seres.

Lógica: conhecimento das formas gerais e regras gerais do pensamento correto e verdadeiro, independentemente dos conteúdos pensados; regras para a demonstração científica verdadeira; regras para pensamentos não-científicos; regras sobre o modo de expor os conhecimentos; regras para verificação da verdade ou falsidade de um pensamento, etc..

Epistemologia: análise crítica das ciências, tanto as ciências exatas ou matemáticas, quanto as naturais e as humanas; avaliação dos métodos e dos resultados das ciências; compatibilidades e incompatibilidades entre as ciências; formas de relações entre as ciências, etc..

Teoria do conhecimento ou estudo das diferentes modalidades de conhecimento humano: o conhecimento sensorial ou sensação e percepção; a memória e a imaginação; o conhecimento intelectual; a idéia de verdade e falsidade; a idéia de ilusão e realidade; formas de conhecer o espaço e o tempo; formas de conhecer relações; conhecimento ingênuo e conhecimento científico; diferença entre conhecimento científico e filosófico, etc..

Ética: estudo dos valores morais (as virtudes), da relação entre vontade e paixão, vontade e razão; finalidades e valores da ação moral; idéias de liberdade, responsabilidade, dever, obrigação, etc..

Filosofia política: estudo sobre a natureza do poder e da autoridade; idéia de direito, lei, justiça, dominação, violência; formas dos regimes políticos e suas fundamentações; nascimento e formas do Estado; idéias autoritárias, conservadoras, revolucionárias e libertárias; teorias da revolução e da reforma; análise e crítica das ideologias.

Filosofia da História: estudo sobre a dimensão temporal da existência humana como existência sócio-política e cultural; teorias do progresso, da evolução e teorias da descontinuidade histórica; significado das diferenças culturais e históricas, suas razões e conseqüências.

Filosofia da arte ou estética: estudo das formas de arte, do trabalho artístico; idéia de obra de arte e de criação; relação entre matéria e forma nas artes; relação entre arte e sociedade, arte e política, arte e ética.

Filosofia da linguagem: a linguagem como manifestação da humanidade do homem; signos, significações; a comunicação; passagem da linguagem oral à escrita, da linguagem cotidiana à filosófica, à literária, à científica; diferentes modalidades de

linguagem como diferentes formas de expressão e de comunicação.

História da Filosofia: estudo dos diferentes períodos da Filosofia; de grupos de filósofos segundo os temas e problemas que abordam; de relações entre o pensamento filosófico e as condições econômicas, políticas, sociais e culturais de uma sociedade; mudanças ou transformações de conceitos filosóficos em diferentes épocas; mudanças na concepção do que seja a Filosofia e de seu papel ou finalidade.

Os dois tipos fundamentais de investigação filosófica são a *filosofia analítica*, que é o estudo lógico dos conceitos, tratando o assunto tão amplo e globalizador que se torna impossível a experimentação, e a *filosofia sintética*, que é a organização dos mesmos num sistema unificado, onde a mente se volta para as minudências, os pormenores, a gênese do assunto, seus aspectos reais em oposição a seus aspectos aparentes.

Para os gregos clássicos, o termo filosofia significa a busca do conhecimento por si próprio e abrange todas as áreas do pensamento especulativo. Daí o estudo da filosofia no mundo de hoje – a **filosofia aplicada** – envolver às mais diversas áreas: *filosofia da ciência*, *filosofia da arte*, *filosofia da educação*, *filosofia da matemática*, *filosofia política*, *filosofia do direito*, etc..

Filosofia da Educação: A tarefa da filosofia é interrogar o mundo para interpretá-lo; à Filosofia da Educação cabe refletir criticamente a ação pedagógica, examinar a concepção de homem, os valores, os pressupostos do conhecimento, avaliar currículos, etc..

Popularmente filosofia é compreendida como um conjunto de atitudes e valores básicos referentes à vida, à natureza e à sociedade, embora tal entendimento continue sendo objeto de controvérsia.

Filosofia pré-socrática

Pré-socráticos são os filósofos anteriores a Sócrates que viveram na Grécia por volta do século VI a.C., considerados os criadores da filosofia ocidental. Essa fase, que corresponde à época de formação da civilização helênica, se caracteriza pela preocupação com a natureza e o cosmo.

Como é possível que as coisas mudem e desapareçam e, apesar disto, a natureza continue sempre a mesma? A Terra está repleta de espécies. A água se transforma em vapor. A matéria viva se transforma em pó e neste surgem as plantas para alimentar outros seres vivos...? (TELES, *Introdução ao Estudo de Filosofia*, p.23)

A filosofia pré-socrática inaugura uma mentalidade baseada na razão e não mais no sobrenatural e na tradição mítica. As escolas jônica, eleática, atomista e pitagórica são as principais do período.

Os *físicos da Jônia*, como **Tales de Mileto**¹ (625-546 aC), **Anaximandro**² (611-547 aC), **Anaxímenes**³ (570-547 aC) e **Heráclito**⁴ (544-480 aC), procuram explicar o mundo pelo desenvolvimento de uma natureza comum a todas as coisas e em eterno movimento. Heráclito afirma a estrutura contraditória e dinâmica do real. Para ele, tudo está em constante modificação. Daí sua frase "*Não nos banhamos duas vezes no mesmo rio*", já que nem o rio nem quem nele se banha são os mesmos em dois momentos diferentes da existência.

Os pensadores de Eléa, como **Empédocles**⁵ (483-430 aC), **Parmênides**⁶ (530-460 aC) e **Anaxágoras**⁷ (499-428 AC), ao contrário, dizem que o ser é unidade e imobilidade e que a mutação não passa de aparência. Para Parmênides, o ser é ainda completo, eterno e perfeito. Já **Zenon** (510-? aC) conceituou os paradoxos lógicos (no campo da *lógica* e da *matemática* designa uma conclusão aparentemente contraditória derivada de uma proposta com premissas válidas), enigmas intelectuais que filósofos e lógicos de todas as épocas posteriores tentariam resolver. O interesse dos eleáticos pelo problema da coerência racional propiciou o desenvolvimento da ciência da *lógica*.

Os *atomistas*, como **Leucipo** e **Demócrito**⁸ (460-370 aC), (a quem se atribui o primeiro esboço mais completo de um materialismo determinista) sustentam que o Universo é constituído de átomos eternos, indivisíveis e infinitos reunidos aleatoriamente.

Por volta de fins do século V a.C., os *sofistas* passaram a ter um importante papel na evolução das cidades-estado gregas. A famosa máxima de **Protágoras** (490-410 aC), "o homem é a medida de todas as coisas", é representativa da atitude filosófica desta escola. Os sofistas, como Protágoras e **Górgias** (485-380), são educadores pagos pelos alunos. Pretendem substituir a educação tradicional, destinada a preparar guerreiros e atletas, por uma nova pedagogia, preocupada em formar o cidadão da nova democracia ateniense. Com eles, a arte da retórica – falar bem e de maneira convincente a respeito de qualquer assunto – alcança grande desenvolvimento.

Pitágoras⁹ (582-500 aC) afirma que a verdadeira substância original é a alma imortal, que preexiste ao corpo e no qual se encarna como em uma prisão, como castigo pelas culpas da existência anterior. O pitagorismo representa a primeira tentativa de apreender o conteúdo

¹ Tales afirmava que a substância original, o **arqué** de todas as coisas, era a água.

² Para Anaximandro tudo provinha de uma substância etérea, infinita, invisível: o **ápeiron**.

³ Para Anaxímenes, a substância fundamental era o **ar**.

⁴ Para Heráclito, o **devir**, as contínuas transformações, é a lei fundamental do universo.

⁵ Admitia uma pluralidade de elementos constituintes das coisas: **terra, ar, água e fogo**.

⁶ Admitia que a realidade é eterna e intemporal, era o **Ser**, por isso toda mudança é ilusória.

⁷ Para este pensador havia um número infinito de elementos, as **homeomerias**, diferenciando-se entre si, na formação dos seres, apenas quantitativamente.

⁸ Demócrito achava que tudo o que existe é composto de **átomos**.

⁹ Ocupou-se da matemática, da aritmética e da mentempsicose – transmigração da alma (espiritismo).

inteligível das coisas, a essência, prenúncio do mundo das idéias de Platão.

Filosofia clássica

Talvez a maior personalidade filosófica da história tenha sido **Sócrates** (470-399 aC). Sua contribuição não foi uma doutrina sistemática, e sim um método de reflexão, a *maiêutica*, e um estilo de existência. Enfatizou a necessidade de um auto-exame analítico das crenças de cada um, de definições claras para os conceitos básicos, e de um levantamento racional e crítico dos problemas éticos.

Platão (427-347 aC), pensador mais sistemático do que Sócrates, baseou sua filosofia em sua teoria das idéias, ou doutrina das formas. Seu conceito do bem absoluto — que é a idéia mais elevada e engloba todas as demais — foi uma das principais fontes das doutrinas religiosas – panteísta e mística – na cultura ocidental.

Aristóteles (384-322 aC), considerado o mais ilustre discípulo de Platão, e, juntamente com ele, os mais profundos e influentes pensadores do mundo, definiu os conceitos e princípios básicos de inúmeras ciências teóricas, como a lógica, a biologia, a física e a psicologia. Ao estabelecer os rudimentos da lógica como ciência, desenvolveu a teoria da inferência dedutiva, representada pelo *silogismo* e por um conjunto de regras, fundamentando o que viria a ser o método científico. Esboçou um sistema orgânico da natureza que foi adotado por muitos teólogos cristãos, judeus e muçulmanos na Idade Média.

Com a democracia em Atenas, o governo procura formar cidadãos participativos nas atividades da polis, homens políticos e habilitados a participar do processo democrático, por meio da Paidéia (formação integral do homem). A filosofia passa a valorizar, a refletir sobre o homem, *diminuindo* o interesse pela natureza.

Do século IV a.C. ao desenvolvimento da filosofia cristã no século IV, o epicurismo, o estoicismo, o ceticismo e o neoplatonismo foram as principais escolas filosóficas do mundo ocidental. O interesse pela ciência natural declinou ainda mais durante este período e essas escolas se preocuparam principalmente com a ética e a religião; a salvação e a felicidade passam a ser vistas como possíveis de alcançar de forma individual e subjetiva

Filosofia medieval

Durante o declínio da civilização greco-romana, os filósofos ocidentais abandonaram a investigação científica da natureza e a busca da felicidade no mundo e passaram a se preocupar com o problema da salvação em outro mundo melhor. Por volta do século III,

o cristianismo já se havia estendido às classes mais cultas do Império Romano.

Santo Agostinho (354-430) conciliou, juntamente com outros padres da Igreja (de onde originou o nome de filosofia patrística, dado ao período), a ênfase dada pelos gregos à razão com a insistência dos romanos nas emoções religiosas dos ensinamentos de Cristo e dos apóstolos, gerando um sistema de pensamento que se transformou na própria doutrina do cristianismo da época. Em grande parte graças a sua influência, o pensamento cristão foi platônico em espírito até o século XIII. O estadista do século VI Boécio reavivou o interesse pelos pensamentos grego e romano, especialmente pela lógica e a metafísica aristotélicas. No século IX, o monge irlandês Johannes **Scotus** Erigena (810-877?) propôs uma interpretação panteísta do cristianismo, identificando a Trindade divina com o Uno, o Logos e a Alma universal do neoplatonismo. Separa-se a filosofia da teologia. A filosofia é chamada de “serva” da teologia. Procura-se conciliar fé e razão, característica fundamental da filosofia tomista, chamada escolástica (ministrada nas escolas cristãs – catedrais e conventos), mais tarde nas universidades.

No século XI, essa corrente de pensamento filosófico ressurgiria com vigor, fruto do crescente encontro entre as diferentes regiões do mundo ocidental e o despertar do interesse pelas culturas desconhecidas, que culminaria no **Renascimento**. Os filósofos muçulmanos, judeus e cristãos interpretaram e esclareceram os escritos de Platão, Aristóteles e outros sábios gregos, tentando conciliar a filosofia com a fé religiosa e dar às próprias crenças religiosas pilares racionais. Surgiu a *escolástica*, cujo método foi dialético ou discursivo. O interesse pela lógica do discurso levou a importantes avanços, tanto em lógica quanto em teologia.

Avicena (980-1037), médico, filósofo, astrônomo e físico árabe do século XII, integrou o neoplatonismo e as idéias aristotélicas à doutrina religiosa muçulmana.

O teólogo francês Pedro **Abelardo** (1079-1142) propôs um compromisso entre realismo e nominalismo, que ficou conhecido como *conceitualismo*. O jurista hispano-árabe Averroes contribuiu para que a ciência e o pensamento aristotélico tivessem grande influência no mundo medieval, graças a seus lúcidos e eruditos comentários sobre a obra de Aristóteles.

Porém, a maior figura intelectual da Era Medieval foi, sem dúvida, **São Tomás de Aquino** (1225-1274), que uniu a ciência aristotélica e a teologia agostiniana num amplo sistema de pensamento, que se transformaria na filosofia escolástica autorizada da Igreja católica. Aquino elabora a síntese entre o cristianismo e o pensamento aristotélico, estabelecendo os fundamentos filosóficos para a teologia cristã.

Filosofia medieval depois de tomás de aquino

As maiores críticas à filosofia tomista viriam a ser formuladas por Johannes **Duns Scotus** (1265-1308) e por William of **Occam** (1284-1347). Nos séculos XV e XVI, o renascer do interesse científico pela natureza veio acompanhado de uma tendência ao misticismo panteísta. O prelado católico romano Nicolau de Cusa antecipou a obra do astrônomo polonês **Nicolau Copérnico** (1473-1543), ao sugerir que a Terra se move em torno do Sol, deslocando, assim, a humanidade do centro do universo, que concebia como infinito e idêntico a Deus. O filósofo **Giordano Bruno** (1548-1600), que também identificou o universo com Deus, desenvolveu as implicações filosóficas da teoria copernicana, que influenciariam correntes intelectuais posteriores, levando ao nascimento da ciência moderna e à Reforma.

Filosofia moderna

A partir do século XV, a filosofia moderna tem estado caracterizada por uma contínua interação entre sistemas de pensamento, fundados em uma interpretação mecanicista e materialista do universo, e os que se baseiam na fé no pensamento humano como única realidade última. Esta interação reflete o efeito crescente das descobertas científicas e das transformações políticas na especulação filosófica. À religiosidade medieval, a filosofia moderna apresenta-se leiga, profana, crítica e encontra na razão sua fundamentação. Para compreender a si e o mundo, o homem moderno debruça-se ainda mais sobre o conhecimento: quer entender a sua própria capacidade de entender, de conhecer. A teoria do conhecimento pode ser entendida como a investigação acerca das condições do conhecimento verdadeiro. *Conhecer é representar cuidadosamente o que é exterior à mente*, na definição de R. Rorty. E acrescenta Cotrim (1996:70) que a representação é o processo pelo qual a mente torna presente diante de si a imagem, a idéia ou o conceito de algum objeto. Portanto, para que exista conhecimento será necessária a relação entre dois elementos básicos: um **sujeito** conhecedor (nossa consciência, nossa mente) e um **objeto** (a realidade, o mundo, os fenômenos). Só haverá conhecimento se o sujeito conseguir apreender o objeto, isto é, conseguir representa-lo mentalmente.

É possível o conhecimento verdadeiro ou tudo é incerteza? Na realidade, segundo Buzzi (1991:81), o conhecimento é a fabricação do ideal sobre a terra.

EPISTEMOLOGIA

Ramo da filosofia que trata dos problemas que envolvem a teoria do conhecimento. Ocupa-se da definição do saber e dos conceitos correlatos, das fontes, dos critérios, dos tipos de conhecimento possível e do grau de exatidão de cada um, bem como da relação real entre aquele que conhece e o objeto conhecido.

Entre as questões principais que ela tenta responder estão as seguintes: *O que é o conhecimento? Como nós o alcançamos? Podemos conseguir meios para defendê-lo contra o desafio cético?* Essas questões são, implicitamente, tão velhas quanto a filosofia, embora seu primeiro tratamento explícito seja o encontrado em Platão. Mas primordialmente na era moderna, a partir do século XVII em diante, como resultado do trabalho de Descartes e Locke em associação com a emergência da ciência moderna, a epistemologia tem ocupado um plano central na filosofia.

No século V a.C., os sofistas gregos questionaram a possibilidade de haver um conhecimento objetivo e confiável. Por outro lado, Platão defendeu a existência de um mundo de formas ou idéias, invariáveis e invisíveis, sobre as quais seria possível adquirir um conhecimento exato e verdadeiro mediante o raciocínio abstrato das matemáticas e da filosofia. Por sua vez, Aristóteles afirmava que quase todo conhecimento deriva da experiência, da observação cuidadosa e da estrita adesão às regras da lógica.

Do século XVII ao fim do século XIX, a questão central da epistemologia foi o contraste entre razão e o sentido da percepção como meio para a aquisição do conhecimento. Para os racionalistas, a fonte principal e prova final do conhecimento era o **raciocínio dedutivo**, baseado em princípios evidentes ou axiomas. Para os empiristas, porém, era a **percepção**. No início do século XX, os autores fenomenológicos afirmaram que os objetos de conhecimento são os mesmos que os objetos percebidos. Os neo-realistas, por outro lado, sustentaram que temos percepções diretas dos objetos físicos, ou partes dos objetos físicos, em vez dos estados mentais pessoais de cada um. Os realistas críticos adotaram uma posição intermediária, mantendo que, embora se percebam apenas dados sensoriais, como as cores e os sons, estes representam objetos físicos, sobre os quais trazem conhecimento.

Em meados do século XX, surgiram duas escolas de pensamento, ambas com débito para com o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein. Uma delas, a escola do empirismo ou positivismo lógico, afirma que só existe um tipo de conhecimento: o **científico**. A última destas escolas de pensamento mais recente, englobadas no campo da análise lingüística, parece romper com a epistemologia tradicional, centrando-se no estudo do modo real pelo qual se utilizam os termos chave da epistemologia — como conhecimento, percepção e probabilidade —

visando a formular regras definitivas para seu uso e, assim, evitar confusões verbais.

Racionalismo

Os séculos XV e XVI marcam um período de desenvolvimento social, político e intelectual de corte radical. A visão medieval do cosmos é suplantada pela visão mecanicista do mundo como uma grande máquina, cujas partes se movem segundo leis físicas exatas, sem propósito ou vontade. Em contraste à filosofia medieval, dogmática (a certeza da verdade) e submissa à Igreja, a filosofia moderna é profana e crítica. Representada por leigos que procuram pensar de acordo com as leis da razão e do conhecimento científico, caracteriza-se pelo antropocentrismo - que considera o homem o centro do Universo - e pelo humanismo. O único método aceitável de investigação filosófica é o que recorre à razão. Nesta nova visão filosófica, a experiência e a razão são os únicos padrões efetivos para elucidar a verdade.

Bem explicita Chauí (2000, p.117):

Para o racionalismo, a fonte do conhecimento verdadeiro é a razão operando por si mesma, sem o auxílio da experiência sensível e controlando a própria experiência sensível.

Para o empirismo, a fonte de todo e qualquer conhecimento é a experiência sensível, responsável pelas idéias da razão e controlando o trabalho da própria razão.

Essas diferenças, porém, não impedem que haja um elemento comum a todos os filósofos a partir da modernidade, qual seja, tomar o entendimento humano como objeto da investigação filosófica.

E Chauí conclui que “tornar o sujeito do conhecimento objeto de conhecimento para si mesmo é a grande tarefa que a modernidade filosófica inaugura ao desenvolver a teoria do conhecimento (...) que é a reflexão filosófica”.

O primeiro grande representante da nova filosofia foi Francis **Bacon** (1561-1626), que erigiu um novo método científico (*novum organum*), baseado na generalização indutiva realizada a partir da observação e da experimentação. Foi o primeiro a formular leis para a inferência indutiva.

O trabalho do físico e astrônomo **Galileu** (1564-1642) foi da maior importância para o desenvolvimento desta nova visão de mundo. Criou a ciência da mecânica, que aplicava os princípios da geometria aos movimentos dos corpos.

Por sua vez, o filósofo racionalista René **Descartes** (1596-1650), criador do cartesianismo e considerado o fundador da filosofia moderna, fez da matemática o modelo de toda a ciência, aplicando

seus métodos dedutivos e analíticos a todas as áreas do saber. Descartes inaugura o racionalismo, doutrina que privilegia a razão, considerada alicerce de todo o conhecimento possível. Ao contrário dos antigos pensadores que partiam da certeza, Descartes parte da dúvida metódica, que põe em questão todas as supostas certezas. Ocorre a descoberta da subjetividade, ou seja, o conhecimento do mundo não se faz sem o sujeito que conhece. O foco é deslocado do objeto para o sujeito, da realidade para a razão. “*Penso, logo existo*” – “*Cogito, ergo sum*”, através desta frase, segundo Lara em *A Filosofia Ocidental do Renascimento aos Nossos Dias*, Descartes

... chega à conclusão que, neste caso, nós estamos certíssimos da verdade da afirmação, pois é impossível alguém afirmar que pensa sem, ao mesmo tempo, conhecer que existe. (...) é uma verdade clara e distinta e é por isso que eu não posso duvidar dela.

Thomas **Hobbes** (1588-1679) elaborou um amplo sistema de metafísica materialista, que trouxe uma solução para o problema mente-corpo do dualismo, reduzindo a mente aos movimentos interiores do corpo. Aplicou os princípios da mecânica a todas as áreas do conhecimento.

John **Locke** (1632-1704) enriqueceu a tradição empirista iniciada por Bacon: dotou o empirismo de um marco sistemático, fazendo da epistemologia o principal objeto de interesse da filosofia moderna.

Empirismo

Nome genérico das doutrinas filosóficas em que o conhecimento é visto como resultado da experiência sensível (valorização dos sentidos como fonte primordial). Limita o conhecimento à vivência, só aceitando verdades que possam ser comprovadas pelos sentidos. Rejeita os enunciados metafísicos, baseados em conceitos que extrapolam o mundo físico, devido à impossibilidade de teste ou controle. A noção de gravidade, por exemplo, faz parte do mundo sensível; já o conceito de bem é do mundo metafísico.

O empirismo provoca revolução na ciência. A partir da valorização da experiência, o conhecimento científico, que antes se contentava em contemplar a natureza, passa a querer dominá-la, buscando resultados práticos.

Locke funda a escola empirista, uma das mais importantes da filosofia moderna. Apesar de partir do cartesianismo, Locke discorda de Descartes sobre a existência de idéias inatas produzidas pela capacidade de pensar da razão. Para Locke, as idéias vêm da experiência externa, pela sensação, ou da interna, via reflexão. São também simples ou compostas. A idéia de comprimento, por exemplo, é simples: vem da visão. A de doença, fruto da associação de idéias, é composta. Mattar (1997: 136) assim esclarece melhor esses princípios:

Locke dá o exemplo das idéias de “mãe” e “ama”, que para a criança estão limitadas inicialmente à individualidade. Com o tempo, percebemos que outros indivíduos compartilham da mesma forma de nossos pais e mães, e criamos então a noção de “homem”, abstrata e geral, que engloba agora vários indivíduos. As naturezas gerais não seriam mais do que idéias abstratas, e aí se define o nominalismo de Locke. Os universais seriam, então, criações do entendimento, não possuiriam existência real. As idéias gerais representariam universalmente, através de uma relação mental, a individualidade das coisas. O entendimento captaria a similitude entre os objetos da natureza e realizaria um trabalho de classificação.

Mattar (Idem) destaca ainda alguns passos para o conhecimento, determinados por Locke quando aborda a questão das idéias claras e distintas, das hipóteses, da probabilidade etc. Locke define razão como a faculdade de abstração que diferencia o homem dos animais, e destaca suas quatro partes: a capacidade de descobrir e encontrar provas, a ordenação, a percepção da conexão entre estas provas, e a capacidade de tirar conclusões.

No século XVIII, o escocês **David Hume** (1711-1776) leva mais longe o empirismo ao negar a validade universal do princípio de causalidade, uma vez que não pode ser observado. O que se observa é a seqüência temporal de eventos, e não sua conexão causal. Só por uma questão de hábito pensamos que o fato atual se comportará como outros que já observamos no passado. Para o empirismo contemporâneo, também chamado de positivismo lógico, representado pelo austríaco **Ludwig Wittgenstein** (1889-1951), a filosofia deve limitar-se à análise da linguagem científica, expressão do conhecimento baseado na experiência.

Idealismo

Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) combinou os descobrimentos matemáticos e físicos de seu tempo com as concepções orgânicas e religiosas da natureza herdadas do pensamento clássico e medieval, marcando o início da tradição filosófica do idealismo.

Tendência filosófica que reduz toda a existência ao pensamento. Opõe-se ao realismo, que afirma a existência dos objetos independentemente do pensamento. No idealismo absoluto, o ser é reduzido à consciência. Ao longo da história da filosofia, ele aparece sob formas menos radicais – não nega categoricamente a existência dos objetos no mundo, mas reduz o problema à questão do conhecimento.

O idealismo toma como ponto de partida para a reflexão o sujeito, não o mundo exterior. O idealismo metódico de Descartes é uma doutrina racionalista que, colocando em dúvida todo o conhecimento

estabelecido, parte da certeza do pensar para deduzir, por meio da idéia da existência de Deus, a existência do mundo material. O idealismo dogmático surge com **George Berkeley** (1685-1753), que considera a realidade do mundo exterior justificada somente pela sua existência anterior na mente divina ou na mente humana. Para ele, "ser é ser percebido". Immanuel Kant formula o idealismo transcendental, no qual o objeto é algo que só existe em uma relação de conhecimento. Ele distingue, portanto, o conhecimento que temos dos objetos, sempre submetidos a modos especificamente humanos de conhecer, como as idéias de espaço e tempo, dos objetos em si, que jamais serão conhecidos.

Na literatura, o romantismo adota boa parte dessas idéias. Johann Gottlieb **Fichte** (1762-1814) e Friedrich **von Schelling** (1775-1854) desenvolvem esse conceito e se tornam expoentes do idealismo alemão pós-kantiano. Eles conferem às idéias de Kant um sentido mais subjetivo e menos crítico: desconsideram a noção da coisa-em-si e tomam o real como produto da consciência humana.

Friedrich Hegel (1770-1831) emprega o termo idealismo absoluto para caracterizar sua metafísica. Ao considerar a realidade como um processo, ele discute o desenvolvimento da idéia pura (tese), que cria um objeto oposto a si – a natureza (antítese) –, e a superação dessa contradição no espírito (síntese). Esse movimento se dá na história até que o espírito se torne espírito absoluto, ou seja, supere todas as contradições, por meio da dialética, e veja o mundo como uma criação sua.

Engels escreveu (*in* Cotrim, 1996: 257):

A grande questão fundamental de toda filosofia, em particular da filosofia moderna, é esta (...) da relação do pensamento com o ser (...) do espírito com a natureza (...) a questão de saber qual é o elemento primordial, o espírito ou a natureza (...). Conforme respondem (...) a esta questão, os filósofos se dividiam em dois grandes campos. Os que afirmavam o caráter primordial do espírito em relação à natureza (...) formavam o campo do idealismo. Os outros, que consideravam a natureza como elemento primordial, pertenciam às diferentes escolas do materialismo".

Mecanicismo e materialismo

Doutrina filosófica que admite como realidade apenas a matéria. Nega a existência da alma e do mundo espiritual ou divino. Formulada pela primeira vez no século VI a.C., na Grécia, ganha impulso no século XVI, quando assume diferentes formas. Para os gregos, os fenômenos devem ser explicados não por meio de mitos religiosos, mas pela observação da realidade. A matéria é a substância de todas as coisas. A geração e a degeneração do que existe obedecem a leis físicas. A matéria encontra-se em permanente metamorfose. A alma

faz parte da natureza e obedece às suas leis. Essas teses são a base de todo o materialismo posterior.

No século XVIII, o francês Julien de **la Mettrie** (1709-1751), os pensadores da Enciclopédia e o barão de **Holbach** (1723-1789) lançam o materialismo filosófico, doutrina que considera o homem uma máquina e nega a existência da alma, em oposição ao espiritualismo.

No século XIX surge na Alemanha o materialismo científico, que substitui Deus pela razão ou pelo homem. Prega que toda explicação científica resulta de um processo psicoquímico e que o pensamento é apenas um produto do cérebro. Seus principais formuladores são Karl **Vogt** (1817-1895), Ludwig **Büchner** (1824-1899) e Ludwig **Feuerbach** (1804-1872).

O marxismo, por sua vez, baseia-se numa concepção materialista da história – denominada materialismo histórico por Friedrich **Engels** (1820-1895) –, pela qual a história do homem é a da luta entre as diferentes classes sociais, determinada pelas relações econômicas da época. O materialismo dialético é constituído como doutrina por Lênin e recebe esse nome porque sua teoria é materialista e seu método, a dialética.

No início do século XX, as idéias de pensadores como Richard **Avenarius** (1843-1896), Ernst **Mach** (1838-1916) e Wilhelm **Ostwald** (1853-1932) dão origem ao materialismo energetista, teoria mais filosófica que científica, pela qual espírito e matéria são apenas formas da energia que constituem a realidade.

Ceticismo

Escola filosófica fundada pelo grego **Pirro** (360-272 a.C.) que questiona as bases do conhecimento metafísico, científico, moral e, especialmente, religioso. Nega a possibilidade de se conhecer com certeza qualquer verdade e recusa toda afirmação dogmática – aquela que é aceita como verdadeira, sem provas. O termo deriva do verbo grego *sképtomai*, que significa *olhar, observar, investigar*. Para o ceticismo absoluto, tudo é ilusório e passageiro, para o relativo, mais moderado, aceita-se o domínio do aparente e do provável.

Para os céticos, uma afirmação para ser provada exige outra, que requer outra, até o infinito. O conhecimento, para eles, é relativo: depende da natureza do sujeito e das condições do objeto por ele estudado. Costumes, leis e opiniões variam segundo a sociedade e o período histórico, tornando impossível chegar a conceitos de *real* e *irreal*, de *correto* e *incorreto*. Condições como juventude ou velhice, saúde ou doença, lucidez ou embriaguez influenciam o julgamento e, conseqüentemente, o conhecimento.

Por isso, os seguidores de Pirro defendem a suspensão do juízo, o total despojamento e uma postura neutra diante da realidade. Se é impossível conhecer a verdade, tudo se torna indiferente e equilibrado. Para eles, *o ideal do sábio é a indiferença*.

Ainda na Antigüidade, o grego Sexto Empírico (século III) e os empiristas vêem o ceticismo como um modo de obter o conhecimento pela experiência. Não excluem a ciência, mas procuram fundamentá-la sobre representações e fenômenos encontrados de modo indiscutível e inevitável na experiência.

A filosofia contemporânea, inspirada no ceticismo, discute questões da relatividade do conhecimento e dos limites da razão humana.

Foi **George Berkeley** (1685-1753) que transformou o idealismo numa poderosa escola de pensamento, ao uni-lo ao ceticismo e ao empirismo, tornando-se, assim, muito influente na filosofia britânica. Estabeleceu a visão epistemológica do fenomenalismo e abriu o caminho que seria seguido pelo movimento positivista no pensamento moderno. Hume, por sua vez, incentivou o uso de procedimentos estatísticos, em lugar dos sistemas dedutivos, e deu novo alento à redefinição de conceitos básicos.

Em resposta ao ceticismo de Hume, **Immanuel Kant** (1724-1804) construiu um amplo sistema de filosofia, que pode ser colocado entre as maiores conquistas intelectuais da cultura ocidental, combinando o princípio empirista de que todo conhecimento se origina da experiência com a crença racionalista no conhecimento obtido por *dedução*.

Na França, a atividade social culminou no período conhecido como o **Iluminismo**, que impulsionou as mudanças sociais que produziram a **Revolução Francesa**. Na Alemanha, através da influência de Kant, o idealismo e o voluntarismo se tornaram as tendências dominantes, com filósofos como Johann Gottlieb **Fichte** (1762-1814) e Friedrich Wilhelm Joseph **von Schelling**. Sem dúvida, o espírito filosófico mais potente do século XIX foi o filósofo alemão **Hegel**, com seu sistema de idealismo absoluto. Sua concepção de Estado nacional como a mais alta encarnação do espírito absoluto foi interpretada, durante muito tempo, como a principal fonte das inúmeras ideologias autoritárias modernas. Outros pensadores de destaque foram o alemão Arthur **Schopenhauer**, o francês Auguste **Comte** que considera apenas o fato positivo – aquele que pode ser medido e controlado pela experiência – como adequado para estudo; o método é retomado no século XX, no neopositivismo, representado pelo austríaco Ludwig Wittgenstein, pelo economista britânico John **Stuart Mill** e pelo filósofo religioso dinamarquês Sören **Kierkegaard**.

FILOSOFIA EVOLUCIONISTA

A **idéia** mecanicista do mundo, característica do século XVII, e a fé na razão e no senso comum do século XVIII, embora ainda influentes, foram modificadas no século XIX por uma série de idéias mais complexas e dinâmicas, baseadas mais na biologia e na história do que na matemática ou na física. Entre outras, foi de grande influência a teoria da evolução a partir dos princípios da seleção natural, proclamada, em 1858, por Charles **Darwin** (1809-1882). Por sua vez, os alemães Karl **Marx** e Friedrich **Engels** elaboraram a filosofia do materialismo dialético, que se tornaria a base ideológica do comunismo.

O filósofo britânico Herbert **Spencer** englobou a filosofia na sociologia e na história, por considerá-las as ciências mais avançadas. Friedrich **Nietzsche** (1844-1900) recuperou a concepção de existência de **Schopenhauer** (1788-1860) como a expressão de uma vontade cósmica, mas fez da chamada '*vontade de potência*' a fonte de todo valor. No fim do século XIX, o pragmatismo, termo inventado por Charles Sanders **Peirce** (1839-1914), tornou-se uma influente escola de pensamento, particularmente nos Estados Unidos. Dentro desta corrente, destaca-se o filósofo americano John **Dewey** (1859-1952), que desenvolveu um amplo sistema de pensamento, a que denominou naturalismo experimental ou instrumentalismo.

Na França, a idéia mais influente de princípios do século XX foi o vitalismo evolucionista de Henri Bergson, que falava do *élan vital*, a energia espontânea do processo evolutivo. Na Alemanha, Edmund **Husserl** (1859-1938) fundou a escola da fenomenologia.

FILOSOFIA ANALÍTICA

A **escola** do empirismo ou positivismo lógico, fundada em Viena, definiu todos os conceitos em termos de fatos observáveis e atribuiu à filosofia a tarefa de esclarecer os conceitos e a sintaxe lógica da ciência. Uma das vias da filosofia analítica, a chamada análise lingüística, foi concretamente desenvolvida por Wittgenstein.

FILOSOFIA EXISTENCIAL

Surgida da revolta romântica do século XIX contra a razão e a ciência, em favor de um apaixonado envolvimento com a vida, a filosofia existencial foi muito importante para o pensamento por obra de Martin **Heidegger** (1889-1976) e, em menor escala, de Karl **Jaspers** (1883-1969).

Os pensadores existencialistas se preocupam com a existência finita do homem no mundo, descartando questões metafísicas como a imortalidade e a transcendência.

Cotrim (1996, p.276) destaca algumas características do existencialismo:

O ser humano é representado como uma realidade imperfeita, aberta e inacabada, que foi “lançada” ao mundo e vive sob riscos e ameaças.

A liberdade humana não é plena, mas condicionada às circunstâncias históricas da existência. Nesse sentido o **querer** não se identifica ao **poder**. O homem age no mundo superando ou não os obstáculos que se lhe apresentam.

A vida humana não é um caminho linear em direção ao progresso, ao êxito e ao crescimento. Ao contrário, é marcada por situações de sofrimento, como a doença, a dor, as injustiças, a luta pela sobrevivência, o fracasso, a velhice e a morte. Assim, não podemos ignorar o sofrimento humano, a angústia interior, a exploração social. É preciso considerar esses aspectos adversos da vida e encará-los de frente.

Os existencialistas rejeitam o princípio do cartesianismo de que o *homem existe porque pensa*. Para eles, o ser humano *pensa porque existe*. A consciência não antecede a experiência. Ela é parte da existência que, por sua vez, é construída com a vivência, o contato com outras pessoas e objetos. O próprio homem cria essa existência em função de seus sentimentos, desejos e principalmente, de suas ações. O homem se forma a partir de suas escolhas, daí a importância dada à liberdade e à responsabilidade. Há rejeição ao conformismo, inclusive político.

Martin **Buber** interpretou a experiência humana como um diálogo entre o indivíduo e Deus. Realizaram-se várias sínteses da teologia tradicional, com a idéia existencial de que o conhecimento é mais emocional do que científico.

Na França, Jean-Paul **Sartre** (1905-1980) foi um dos que mais contribuíram para a popularização do existencialismo.

Durante a década de 1960, os escritos de Martin Luther King assinalaram que a filosofia tinha estado demasiadamente afastada das grandes revoltas sociais e políticas que se estavam produzindo em todo o mundo. Seguindo os princípios do líder nacionalista indiano Gandhi, Luther King exortou uma atitude de resistência cívica e não violenta diante das injustiças.

Com o avanço da ciência e da tecnologia, e o maior domínio do homem sobre a natureza, a **epistemologia**, estudo crítico de princípios, hipóteses e resultados das ciências, alcança grande desenvolvimento. O **estruturalismo** surge a partir da pesquisa de duas ciências humanas: a *lingüística*, com o suíço Ferdinand de **Saussure**, e a *antropologia*, com Claude **Lévi-Strauss** (1906-). O estruturalismo

parte do princípio de que há estruturas comuns a várias culturas, que precisam ser investigadas independentemente dos fatores históricos.

Do campo da lingüística, o estruturalismo passa para a antropologia e daí se torna o método próprio para todo o estudo que se refere às ciências humanas.

LÓGICA

“Existe um mundo de coisas perceptíveis pelo sentido e um mundo de leis inferidas pelo pensamento”.

Spinoza

Desde a Grécia Antiga que filosofar significa buscar a sabedoria através do uso metódico da razão. Isso quer dizer que, aos filósofos, interessava a formulação de raciocínios que chegassem a resultados verdadeiros, e não falsos. Para alcançar esse objetivo, diversos pensadores lançaram-se à tarefa de analisar as estruturas dos raciocínios, organizando-as e classificando-as. Foi assim que nasceu a **lógica**.

Ciência que trata dos princípios válidos do raciocínio e da argumentação. Seu estudo é um esforço no sentido de determinar as condições que permitem tirar de determinadas proposições, chamadas de premissas, uma conclusão delas derivada. A validade lógica é a relação entre as premissas e a conclusão. É a ciência *que tem por objeto determinar, por entre todas as operações intelectuais que tendem para o conhecimento do verdadeiro, as que são válidas, e as que o não são*.

O que hoje se conhece como lógica clássica, ou tradicional, foi enunciado pela primeira vez por Aristóteles, que elaborou leis para um raciocínio correto, a ser desenvolvido mediante silogismos¹. Em meados do século XIX, os matemáticos britânicos George **Boole** e Augustus de **Morgan** abriram à lógica um novo campo, que hoje se conhece como lógica simbólica ou moderna, posteriormente desenvolvida por Bertrand **Russell** (1872-1970) e por Alfred North **Whitehead**, cobrindo todo um espectro de argumentações possíveis, maior do que aquelas encontradas na lógica silogística. Tanto o ramo clássico como o moderno implicam em métodos de **lógica dedutiva**, embora também tenha havido esforços no sentido de desenvolver métodos de **lógica indutiva**, sendo neste último campo a contribuição mais importante a do filósofo britânico John **Stuart Mill**, com sua obra *Sistema de lógica* (1843).

O ideal máximo da lógica é a coerência. É coerente aquilo que está de acordo com as regras ou condições do sistema. Assim, algo pode parecer incoerente, absurdo, num sistema e ser coerente em outro.

A lógica é uma ciência da razão... uma ciência *a priori* das leis necessárias da razão, não apenas a respeito de alguns objetos, mas de todos os objetos; por conseguinte, uma ciência do uso correto da razão em geral... (Kant: *in* BUZZI, p.54).

Estudos posteriores desenvolveram sistemas da chamada lógica combinatória: uma afirmação pode ter um valor diferente de verdadeiro ou falso. Em alguns pressupostos, é apenas um terceiro valor, neutro; em outros, é um valor de probabilidade.

Recorrendo a Cotrim (1996: 303-313), devido à clareza de sua explanação, além de bastante sucinta sobre o assunto, abordaremos ainda algumas particularidades sobre lógica.

Aristóteles já defendia a necessidade de desenvolvimento da lógica como instrumento a ser utilizado por todos aqueles que desejassem alcançar conhecimentos científicos, seguros, metódicos e sistemáticos.

Como um instrumento a serviço das ciências, a lógica preocupa-se fundamentalmente com o **aspecto formal** de um raciocínio ou argumento. A palavra **formal** refere-se à forma, o que significa que a lógica é um sistema que se interessa com a forma, a estrutura de um pensamento, e não com seu conteúdo.

Hoje a lógica encontra-se dividida em **lógica tradicional** e **lógica moderna** – conhecida também como **lógica simbólica** ou **matemática**. Elas não são, porém, duas coisas distintas, pois a lógica tradicional está contida na lógica moderna. Essa divisão se deve mais a razões históricas e didáticas.

Estudaremos aqui apenas a lógica tradicional de origem aristotélica por representar uma reflexão mais simples e particular, correspondendo assim aos objetivos deste curso.

Ao examinarmos um conceito, em termos lógicos, devemos considerar a sua **extensão** e a sua **compreensão**.

Vejamos, por exemplo, o conceito **homem**. A extensão desse conceito refere-se a todo conjunto de indivíduos aos quais se possa aplicar a designação homem. Isto é, Você, João, Maria, Pedro, Paulo, enfim, toda espécie humana. Já a compreensão do conceito homem refere-se ao conjunto de qualidades que um indivíduo deve possuir para ser designado pelo termo homem. O conceito homem supõe a necessária existência de uma série de qualidades: animal, vertebrado, mamífero, bípede, **racional**. Esta última qualidade é aquela que efetivamente distingue o homem dentre os demais seres vivos.

Assim, podemos fixar que a **extensão** de um conceito refere-se à **quantidade** de seres por ele designados, enquanto a **compreensão** diz respeito às **qualidades** que esses seres possuem para pertencerem ao referido conceito.

A partir dessas definições chegamos à seguinte regra:

Quanto maior a extensão de um conceito, menor a sua compreensão. E, inversamente, quanto maior a compreensão, menos a extensão do conceito.

Juízo, raciocínio e argumento

Entende-se por **juízo** qualquer tipo de afirmação ou negação entre duas idéias ou dois conceitos. Ao afirmarmos, por exemplo, que ‘este livro é de filosofia’, acabamos de formular um juízo.

O enunciado verbal de um juízo é denominado **proposição** ou **premissa**.

Raciocínio é o processo mental que consiste em coordenar dois ou mais juízos antecedentes, em busca de um juízo novo, denominado **conclusão** ou **inferência**.

Vejamos um exemplo típico de raciocínio:

1ª premissa: **O ser humano é racional.**

2ª premissa: **Você é um ser humano.**

Conclusão: **Logo, você é racional.**

O enunciado de um raciocínio através da linguagem (falada ou escrita) é chamado **argumento**. Argumentar significa, portanto, expressar verbalmente um raciocínio.

Validade e verdade

Conforme ensina Antony Flew, a primeira coisa que devemos saber para “**pensar direito**” é a diferença entre questões de validade e questões de verdade.

As **questões de verdade** referem-se ao **conteúdo** de uma proposição. Em outras palavras, numa proposição, o conteúdo daquilo que é afirmado ou negado pode ser considerado como verdadeiro ou falso.

As **questões de validade** referem-se às **relações lógicas** entre as proposições que formam um argumento, ou seja, se o argumento é correto ou incorreto do ponto de vista da forma. Para a lógica, não interessa analisar se as proposições que formam o argumento são ou não verdadeiras. O que importa, numa análise lógica, é “elaborar métodos que permitam distinguir argumentos corretos e incorretos”. E a correção ou incorreção de um argumento depende, exclusivamente, das relações lógicas que se estabelecem entre as proposições e sua conclusão. Assim, a correção ou coerência lógica é um problema totalmente independente da questão da verdade ou falsidade das proposições.

Vamos analisar um tradicionalíssimo exemplo de raciocínio, para distinguirmos plenamente as questões de validade e as questões de verdade:

Se todos os homens são mortais.

E se Sócrates é homem.

Logo, Sócrates é mortal.

Utilizamos a conjunção **se** para expressar as duas proposições ou premissas desse argumento em forma hipotética, condicional.

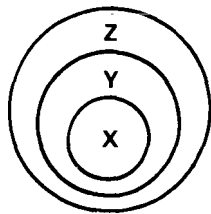
Com isso, essas premissas não estão afirmando algo que possa ser taxado de verdadeiro ou falso, pois seu conteúdo diz respeito a uma hipótese, a uma suposição.

Assim, podemos examinar livremente a questão da validade desse argumento sem nos preocuparmos com a verdade ou falsidade de suas premissas.

Fazendo esse exame, em termos lógicos, verificamos que ele é um argumento válido, isto é, correto. Qualquer outro argumento que mantenha essa mesma **forma lógica** será igualmente válido. Mesmo que suas premissas tenham um conteúdo falso e absurdo.

Podemos indicar a forma lógica desse raciocínio da seguinte maneira:

**Se todo X faz parte de Y.
E se Y faz parte de Z.
Logo, X faz parte de Z.**



É o caso, por exemplo, do argumento seguinte:

**Se em todas as partes do dia observamos o brilho do sol.
E se a noite é uma das partes do dia.
Logo, à noite, observamos o brilho do sol.**

Em termos lógicos, esse argumento é considerado válido, embora a hipótese expressa em uma de suas premissas seja falsa, bem como falsa é sua conclusão. Do ponto de vista lógico, entretanto, o argumento tem forma válida porque, se as premissas fossem verdadeiras, elas forneceriam razões suficientes para delas se extrair a conclusão.

Dizer que um argumento é válido equivale a dizer que tem forma válida. Dizer que a forma é válida equivale a dizer que não existe argumento, nessa forma, com premissas verdadeiras e uma conclusão falsa.

Falácia: argumento inválido

Num argumento inválido quanto à lógica, as premissas são inadequadas para sustentar a conclusão. Esse tipo de argumento é chamado de **falácia**.

Vejam os um exemplo de argumento **falacioso** que foi montado com premissas e conclusão verdadeiras:

Todos os gatos perfeitos possuem quatro patas.
(premissa verdadeira)

Mimi possui quatro patas. (premissa verdadeira)

Logo Mimi é um gato perfeito. (conclusão verdadeira)

Independentemente de serem verdadeiras as premissas desse argumento, trata-se de um argumento falacioso, pois, da afirmação **Todos os gatos perfeitos possuem quatro patas**, não é válido concluir que **Mimi é um gato perfeito** pelo fato de **Mimi possuir quatro patas**. Em outras palavras, as premissas desse argumento não oferecem justificativas lógicas para **validar** sua conclusão.

Esse argumento é falacioso porque não tem uma forma lógica considerada válida.

As falácias muitas vezes nos enganam porque podem ser confundidas com as formas válidas de argumentação.

As falácias construídas de má-fé, com a intenção de enganar, costumam ser chamadas de **sofismas**.

Uma maneira eficiente de reconhecermos um argumento falacioso é compará-lo com outro argumento da sua mesma forma, mas que tenha premissas verdadeiras e conclusão falsa. Trata-se do **método do contra-exemplo**.

Façamos isso com o argumento anterior:

- a) Premissa verdadeira: **Todos os gatos perfeitos possuem quatro patas.**
- b) Premissa verdadeira: **Meu cachorro possui quatro patas.**
- c) Conclusão falsa: **Meu cachorro é um gato perfeito.**

Proposições categóricas

- As **proposições categóricas** são aquelas que excluem condição. São formadas por um sujeito, verbo de ligação e predicado (qualidade). Comparando dois conceitos quanto à sua extensão, podemos formular dois tipos básicos de proposições categóricas: afirmativas e negativas (compreensão). Por sua vez, essas proposições se dividem em universais ou particulares (extensão).
- **Proposição afirmativa:** quando declaramos que determinado **predicado** pertence a determinado **sujeito**.
Ex.: **O homem é racional.**
- **Proposição negativa:** quando declaramos que certo predicado não pertence a certo sujeito.
Ex.: **O homem não é quadrúpede.**

- **Proposição universal:** quando afirmamos ou negamos algo referente à extensão total de um sujeito.
Ex.: **Todos os homens são mortais** ou **Nenhum homem é mortal.**
- **Proposição particular:** quando afirmamos ou negamos algo que diz respeito a uma parcela da extensão do sujeito.
Ex.: **Alguns homens são filósofos** ou **Alguns homens não são filósofos.**

Argumentos dedutivo e indutivo

Os argumentos podem ser divididos em dois tipos fundamentais: o dedutivo e o indutivo.

Dedução - o silogismo

O argumento dedutivo é aquele que se desenvolve de **premissas gerais** para uma **conclusão particular**.

Uma das formas mais importantes de argumento dedutivo é o **silogismo**, que pode ser definido da seguinte maneira:

Silogismo é o argumento dedutivo composto de três partes: duas premissas antecedentes e uma conclusão.

Vejamos um exemplo típico de silogismo:

Premissa A: **Todo animal nasce, vive e morre.**

Premissa B: **Ora, o tigre é um animal.**

Conclusão: **Logo o tigre nasce, vive e morre.**

Analisando a forma lógica do silogismo, podemos perceber que a conclusão obtida já estava **implicitamente** contida na premissa A. Entretanto, para descobri-la ou explicitá-la, utiliza-se um juízo intermediário expresso na premissa B.

Indução

O argumento indutivo é aquele que, partindo de **proposições particulares**, procura chegar a uma **conclusão geral**.

Vejamos um exemplo:

Premissa A: **As plantas, os animais, os fungos e as bactérias são seres vivos.**

Premissa B: **Ora, as plantas, os animais, os fungos e as bactérias são formados por células.**

Conclusão: **Logo, todos os seres vivos são formados por células.**

Partindo da observação e análise dos fatos e fenômenos, podemos elaborar **proposições particulares verdadeiras**. Com base nessas proposições, o argumento indutivo tende a chegar a conclusões gerais apenas **provavelmente** verdadeiras, mas não seguramente verdadeiras. Isso porque, no argumento indutivo, a conclusão extrapola as informações contidas nas proposições. Amplia o conteúdo dessas informações. Assim, essa conclusão pode ser falsa, mesmo que as proposições sejam verdadeiras.

No exemplo anterior, por exemplo, a premissa **As plantas, os animais, os fungos e as bactérias são seres vivos**, bem como a premissa **As plantas, os animais, os fungos e as bactérias são formados por células** são consideradas verdadeiras pelos biólogos.

Entretanto, a conclusão **Todos os seres vivos são formados por células** é falsa. Isso porque os vírus são seres vivos que não apresentam células, como ficou demonstrado a partir das análises efetuadas com a utilização do microscópio eletrônico.

Analisando este exemplo, percebemos, então, que as premissas continham afirmações consideradas verdadeiras sobre os seres vivos observados: plantas, animais, fungos e bactérias. No entanto, esses seres observados não abrangiam o conjunto de todos os seres vivos existentes. Assim, a conclusão é uma **extrapolação**, isto é, concluiu algo que foi além das informações contidas nas premissas. Especificamente nesse exemplo, esse algo extrapolado tornou a conclusão falsa.

Princípios fundamentais da lógica

Segundo Aristóteles, existem conhecimentos que são anteriores à demonstração. Constituem pontos de partida para o conhecimento científico, por isso são denominados princípios (ou axiomas). Entre eles destacam-se os seguintes princípios lógicos:

Princípio de identidade

Este princípio (formulado desde Parmênides) é de uma tal evidência e obviedade que sua formulação chega a ser esquisita: Tudo é idêntico a si próprio. Ou seja: **o ser é**.

Podemos expressar o princípio da identidade por meio da seguinte fórmula: **X é X**.

O princípio da identidade é **tautológico** (do grego *tauto*, “o mesmo”). Isso significa que seu enunciado consiste numa proposição que tem como sujeito e predicado o mesmo conceito.

Exemplo: **Você é você**. O mesmo conceito.

Princípio de contradição

Dois conceitos são contraditórios quando não podem ser e não ser ao mesmo tempo, quando analisados de um mesmo ponto de referência.

Podemos expressar o princípio de contradição pela fórmula: **X não é não-X**. Exemplos de contradições: o círculo é quadrado; o interior é o exterior; o fracasso é o sucesso etc.

Aplicando o princípio de contradição, devemos raciocinar que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, quando analisada ao mesmo tempo, sob o mesmo ponto de vista.

É claro que a lógica estabelece princípios e regras do raciocínio correto, mas, apesar destes princípios e destas regras, o homem continua sujeito a erro e, de fato muitas vezes, engana-se tomando o falso pelo verdadeiro. Até certo ponto, isso é bom. O homem continua sempre perseguindo o verdadeiro e buscando a sua perfeição reflexiva.

METAFÍSICA

Parte mais central da filosofia e que busca o princípio e as causas fundamentais de tudo, tratando de questões que, em geral, não podem ser confirmadas pela experiência direta. Constitui a filosofia primeira, o ponto de partida do sistema filosófico.

A metafísica é uma ciência construída pela razão. Esta, a partir de conceitos ou princípios, conhece todos os seres da natureza, como o Sol, a partir da luz, conhece o universo. O mais importante na metafísica é a origem e a função dos princípios. Estes emanam da razão, como a luz do Sol, e mostram a *ordem* do universo. (BUZZI,1991, p.38)

A metafísica está dividida em *ontologia*, que trata dos inúmeros tipos fundamentais de entidades que compõem o universo, e a *metafísica* propriamente dita, que se preocupa com a apreensão dos traços mais gerais da realidade. Esta última pode atingir um alto grau de abstração.

Lemos em Veiga (1996:48) que

O processo de abstração não consiste em elevar-se até um mundo ideal que está acima da realidade. A abstração nos permite penetrar nas raízes da realidade concreta, descobrir o seu interior, as suas causas e as suas leis invisíveis, a uma concepção direta em relação com o conjunto: realidade social e histórica. Assim, poderemos voltar de novo para a superfície dos fatos concretos para atuar sobre os mesmos com uma visão mais completa e complexa, que nos permitirá intervir lucidamente na sua transformação.

A ontologia, ao contrário, está mais relacionada com o plano físico da experiência humana.

Acredita-se que o termo metafísica tenha sido utilizado pela primeira vez por Andrônico de Rodes (séc. I aC). Na adaptação que fez das obras de Aristóteles, ao tratado chamado *Filosofia primeira* ou *Teologia* seguia-se o tratado de *Física*. Segundo ele, a referida Filosofia ficou conhecida como *met(ta)-physica*, ou seja, 'além da física'. Os temas tratados na *Metafísica* de Aristóteles (*substância, causalidade, natureza do ser e existência de Deus*) estabeleceram o conteúdo da especulação metafísica ao longo de séculos.

Bem antes da época de **Kant**, esta disciplina se caracterizava por uma tendência a elaborar teorias fundamentadas do conhecimento *a priori*, o saber que vem apenas da razão. Esta corrente é conhecida como racionalismo e pode ser subdividida em *monismo* e *dualismo*.

Entre os representantes do primeiro, encontram-se George **Berkeley**, Thomas **Hobbes** e Baruch **Spinoza** (1632-1677). O representante mais conhecido do dualismo é René **Descartes**. Outros

filósofos têm afirmado que o conhecimento da realidade só pode ser obtido a partir da experiência. Este tipo de metafísica chama-se empirismo. A crença de que o conhecimento é apenas um reflexo das percepções humanas denomina-se *ceticismo ou agnosticismo* em relação à *alma humana e à realidade de Deus*.

Kant elaborou uma filosofia crítica diferente, chamada *transcendentalismo*. Seu pensamento é agnóstico, porque nega a possibilidade de um conhecimento exato da realidade última; é empírico, na medida em que afirma que todo conhecimento surge da experiência e é objeto de uma experiência real e possível; e é racionalista enquanto mantém o caráter apriorístico dos princípios estruturais deste conhecimento empírico.

Kant é um dos filósofos que mais influencia o pensamento contemporâneo, seja nas áreas do conhecimento, da moral ou da estética.

Alguns dos seguidores mais importantes de Kant, especialmente Johann Gottlieb **Fichte**, Friedrich **Schelling** e Georg Wilhelm Friedrich **Hegel**, desenvolveram um idealismo absoluto, a partir do qual surgiram múltiplas teorias metafísicas. Entre elas, cabe ressaltar o empirismo radical ou pragmatismo; o voluntarismo, representado por Arthur **Schopenhauer** e por Josiah **Royce**; o positivismo da obra de Auguste **Comte** e de Herbert **Spencer**; a evolução emergente, proposta por Henri **Bergson**; e a filosofia do organicismo, elaborada por Alfred North **Whitehead**.

No século XX, a validade do pensamento metafísico foi discutida pelos positivistas lógicos e pelo chamado materialismo dialético dos marxistas. O *existencialismo* deu um novo impulso à reflexão sobre o ser.

POSITIVISMO

Corrente de pensamento formulada na França por Auguste **Comte** (1798-1857). O termo identifica a Filosofia que busca seus fundamentos na ciência e na organização técnica e industrial da sociedade moderna. O método científico é o único válido para se chegar ao conhecimento. Reflexões ou juízos que não podem ser comprovados pelo método científico, como os postulados da metafísica, não levam ao conhecimento e não têm valor.

Entre suas formulações principais, está a que considera que as sociedades humanas passam por *três estágios de evolução histórica*. O primeiro é o **teológico**, no qual os fenômenos são apresentados como sendo produzidos pela ação de seres sobrenaturais que interferem arbitrariamente no mundo. O segundo é o **metafísico**, no qual os fenômenos são engendrados por forças abstratas. O último estágio é o **positivo** (moderno), em que o ser humano desiste de procurar as causas íntimas dos fenômenos para, através da observação e do método científico, estabelecer as leis gerais que os regem.

O estado positivo, portanto, corresponde à maturidade do espírito humano que não é mais enganado por explicações vagas, uma vez que pode alcançar o *real*, o *certo* e o *preciso*. É o estado no qual as organizações modernas se ancoram sobre bases racionais e científicas, ou positivas, como as sociedades industriais contemporâneas.

O positivismo expressa um tom geral de *confiança* nos benefícios da industrialização, bem como um *otimismo* em relação ao progresso capitalista, guiado pela *técnica* e pela *ciência*. Foi uma doutrina extremamente influente no plano prático, embora criticada no plano teórico.

O estado positivo tem por característica, segundo Comte, o reconhecimento de que *somente são reais os conhecimentos que repousam sobre fatos observados*. (...) *Considerando como absolutamente inacessível e vazia de sentido a investigação das chamadas causas, sejam primeiras, sejam finais*.

Características gerais do positivismo

As principais características do positivismo são assim resumidas por Cotrim (1996:185):

O objetivo do método positivo de investigação é a pesquisa das leis gerais que regem os fenômenos naturais. Assim, o positivismo diferencia-se do empirismo puro porque não reduz o conhecimento científico somente aos fatos observados. É na elaboração de leis gerais que reside o grande ideal das ciências.

Com base nessas leis, o homem torna-se capaz de prever os fenômenos naturais, podendo agir sobre a realidade. **Ver para prever** é o lema da ciência positiva. O conhecimento científico torna-se, desse modo, um instrumento de transformação da

realidade, de domínio do homem sobre a natureza. As transformações impulsionadas pelas ciências visam o progresso; este, porém, deve estar subordinado à ordem. Temos, então, um novo lema positivista, aplicado à sociedade: **ordem e progresso**.

Na obra *Discurso sobre o espírito positivo*, Comte aponta as características fundamentais que distinguem o positivismo das demais filosofias:

- **realidade:** pesquisa de fatos concretos, acessíveis à nossa inteligência, deixando de lado a preocupação com mistérios impenetráveis referentes às causas primeiras e últimas dos seres.
- **utilidade:** busca de conhecimentos destinados ao aperfeiçoamento individual e coletivo do homem, desprezando as especulações ociosas, vazias e estéreis.
- **certeza:** obtenção de conhecimentos capazes de estabelecer a harmonia lógica na mente do próprio indivíduo e a comunhão em toda a espécie humana, abandonando as dúvidas indefinidas e os intermináveis debates metafísicos.
- **precisão:** estabelecimento de conhecimentos que se opõem ao vago, baseados em enunciados rigorosos, sem ambigüidades.
- **organização:** tendência a organizar, construir metodicamente, sistematizar o conhecimento humano.
- **relatividade:** aceitação de conhecimentos científicos relativos. Se não fossem relativos, não poderia ser admitida a continuidade de novas pesquisas, capazes de trazer teorias com teses opostas ao conhecimento estabelecido. Assim, a ciência positiva é relativa porque admite o aperfeiçoamento e a ampliação dos conhecimentos humanos.

Interessante observar o que Comte escreveu sobre a ordem necessária para o estudo intelectual. Sem uma ordem lógica e necessária a ser seguida pela educação científica, a média geral dos homens será incapaz de atingir o estado maduro da racionalidade positiva.

Que pode produzir de racional (...) um espírito que se ocupe desde o início com o estudo dos fenômenos mais complicados, sem ter previamente aprendido a conhecer, graças ao exame de fenômenos mais simples, o que seja uma lei, o que seja observar, o que seja uma concepção positiva, o que seja, até mesmo, um raciocínio encadeado?¹⁰

O positivismo influencia importantes setores das elites brasileiras, sobretudo os militares, durante a campanha que leva à Proclamação da República. Segundo seus seguidores, a existência de um Executivo “sábio e forte” é indispensável para que o Brasil passe do estágio teológico ao moderno. Em sua opinião, o governo tem de ser revolucionário como o da França de 1789 e capaz de combinar “*ordem e progresso*”.

Defendem a república contra a monarquia, mas querem um regime republicano que não siga o modelo liberal. Ao contrário, que tenha estrutura forte, considerada por eles como a única capaz de defender os interesses populares. Deste modo, pregam uma “*ditadura republicana*” comprometida com os conceitos positivistas de

¹⁰ COMTE, Augusto. *Curso de filosofia positiva*, p. 4.

moralização e modernização da vida nacional. Ao longo da República, esse espírito salvacionista acompanha as elites militares e se manifesta nas Revoltas Tenentistas e até mesmo no golpe militar de 1964.

ÉTICA

Ética, princípios ou pautas da conduta humana, também denominada filosofia moral. Como ramo da filosofia, é considerada uma ciência *normativa*.

Os valores morais estão presentes nos mais diferentes atos de nossa vida. Para tudo estabelecemos prioridades a partir de valores. Ética pode ser entendida, então, como reflexão sobre o comportamento moral (bem/mal – justo/injusto).

Moral

Regras de conduta que regulamentam o comportamento do indivíduo na sociedade, garantindo o funcionamento, a estabilidade e a possibilidade de transformação da própria sociedade. As normas morais variam no tempo e no espaço (*relativismo moral*), no entanto existe uma universalidade de valores humanos fundamentais.

Norma jurídica: regra social de conduta com base no poder do Estado.

Componentes da vida moral

Consciência – Liberdade – Responsabilidade

Há fatores que eximem o homem da responsabilidade moral, como as *coerções internas e externas*.

Características axiológicas

Nota-se na atividade axiológica três características fundamentais, a *experiência*:

1. é sempre **concreta**.

“Os valores são sempre vividos por um sujeito numa situação *concreta*”.

2. nunca existe sem um **sujeito responsável** envolvido nela.

“Os valores nunca podem atingir-nos sem intermediário (testemunha), *direto ou indireto*”.

3. **não acaba** com a descoberta dos valores, mas é uma **abertura** a novas perspectivas de ação.

“Os valores dão novo tempo ao nosso tempo, porque não aparecem como *eternos ou perenes, mas precários*”.

A **valoração** sempre se refere a uma situação em que estamos envolvidos e que já está repleta de significações, daí que os valores escapam de um *relativismo subjetivo*; nossa tomada de consciência valorativa, crítica e criativa obriga-nos a uma *definição em relação aos outros e não somente sobre nós mesmos*.

Os valores indicam ao mesmo tempo: os *limites* em relação aos quais podemos medir as nossas possibilidades e as *limitações* a que devemos nos submeter. Estruturam o campo de nossa atuação.

A valoração abre as seguintes perspectivas para a educação:

1. Exigirá a participação ativa tanto do aluno como do professor (a *valoração não tem como finalidade exprimir um juízo sobre algo, mas ser um trabalho que defina algo*).

2. Obrigará aos dois elementos da dupla aluno-professor a se abrirem um ao outro na *intersubjetividade* (diálogo/trabalho em comum).

3. Fundamentará o projeto comum de dar sentido ao nosso mundo.

Professor e aluno devem se submeter ao mesmo valor: a *verdade*. Assim a autoridade do professor será justa e aceitável, logo, legítima, se estiver servindo a este valor universal.

Se o educador não gozar mais, a priori, de autoridade, isto não significa que ele não seja mais um mestre, mas sim, que ele pode manifestar a sua capacidade de demonstrar autoridade pela sua competência e pelo seu empenho profissional. (Pierre Furter – Educação e Vida)

A filosofia e os princípios éticos

Os filósofos tentaram determinar a boa conduta segundo dois princípios fundamentais: *considerando alguns tipos de conduta bons em si, ou em virtude de se adaptarem a um modelo moral concreto*. O primeiro implica um valor final, ou *summum bonum*, desejável por si próprio, e não apenas como um meio de chegar a um fim.

Na história da ética, há três modelos principais de conduta: a felicidade ou prazer; o dever, virtude ou obrigação; e a perfeição, que é o completo desenvolvimento das potencialidades humanas. Dependendo do que estabelece a sociedade, a autoridade invocada para uma boa conduta pode ser a vontade de uma divindade, o modelo da natureza ou o domínio da razão. O *hedonismo* é a filosofia que ensina que o maior de todos os bens é o *prazer*. Já na filosofia em que a mais alta realização é o *poder* ilimitado ou absoluto, podem não ser aceitas as regras éticas geradas pelos costumes e serem propostas outras normas ou, ainda, as ações serem regidas por critérios outros, mais adequados à obtenção do domínio visado, buscando-se convencer os demais quanto à sua moralidade.

História

A história da ética se entrelaça com a história da filosofia. No século VI a.C., Pitágoras desenvolveu algumas das primeiras reflexões morais a partir do orfismo, afirmando que a natureza intelectual é superior à natureza sensual e que a melhor vida é aquela dedicada à disciplina mental. Os sofistas se mostraram céticos no que se refere a

sistemas morais absolutos, embora, para Sócrates, a virtude surja do conhecimento e a educação possa conseguir que as pessoas sejam e ajam de acordo com a moral. Seus ensinamentos modelaram a maior parte das escolas de filosofia moral gregas da posteridade.

Para Platão, o mal não existe por si só, é apenas um reflexo imperfeito do real, que é o bem, elemento essencial da realidade. Afirmava que, na alma humana, o intelecto tem que ser soberano, figurando a vontade em segundo lugar e as emoções em terceiro, sujeitas ao intelecto e à vontade.

Aristóteles considerava a felicidade a finalidade da vida e a resultante do único atributo humano, a *razão*. As virtudes intelectuais e morais seriam apenas meios destinados a sua consecução.

Na filosofia do estoicismo, a natureza é ordenada e racional e só pode ser boa uma vida que esteja em harmonia com ela. Embora a vida seja influenciada por circunstâncias materiais, o indivíduo tem que se tornar independente desses condicionamentos através da prática de algumas virtudes fundamentais, como a prudência, o valor, a temperança e a justiça.

O epicurismo, por sua vez, identificava como sumo bem o prazer, principalmente o prazer intelectual, e, tal como os estóicos, preconizava uma vida dedicada à contemplação.

Ética cristã

Os modelos éticos da Idade Clássica eram aplicáveis apenas às classes dominantes, especialmente na Grécia. Grande parte do apelo do cristianismo se explica pela extensão da cidadania moral a todos, inclusive aos escravos. Por outro lado, sua doutrina revolucionou a ética, ao introduzir uma concepção religiosa de bem no pensamento ocidental.

De acordo com a idéia cristã, toda pessoa depende inteiramente de Deus e só pode alcançar a bondade com ajuda de sua graça. No fim da Idade Média, São Tomás de Aquino viria a fundamentar na lógica aristotélica os conceitos agostinianos de pecado original e da redenção por meio da graça divina.

À medida que a Igreja medieval se tornava mais poderosa, desenvolvia-se um modelo de ética que trazia castigos aos pecados e recompensa à virtude através da imortalidade.

A Reforma protestante provocou um retorno geral aos princípios básicos, ligando-os à tradição cristã. A responsabilidade individual passou a ser considerada mais importante do que a obediência à autoridade ou à tradição. Esta transformação levou, indiretamente, ao surgimento da ética secular moderna.

Thomas **Hobbes**, no *Leviatã* (1651), asseverava que os seres humanos são maus e necessitam de um Estado forte que os reprima. Para Baruch **Spinoza**, a razão humana é o critério para uma conduta correta e só as necessidades e interesses do homem determinam o que pode ser considerado bom e mau, o bem e o mal.

A maior parte dos grandes descobrimentos científicos tem afetado a ética. As pesquisas de Isaac Newton foram consideradas uma prova da existência de uma ordem divina racional. Jean-Jacques **Rousseau**, por sua vez, em seu *Contrato social* (1762), atribuía o mal ético aos desajustamentos sociais e afirmava que os seres humanos eram bons por natureza.

Uma das maiores contribuições à ética foi a de Immanuel Kant, em fins do século XVIII. Segundo ele, a moralidade de um ato não deve ser julgada por suas conseqüências, mas apenas por sua motivação ética. As teses do utilitarismo, formuladas por Jeremy **Benham**, sugerem o princípio da utilidade como meio de contribuir para aumentar a felicidade da comunidade. Já para **Hegel**, a história do mundo consiste em “*disciplinar a vontade natural descontrolada, levá-la a obedecer a um princípio universal e facilitar uma liberdade subjetiva*”.

O desenvolvimento científico que mais afetou a ética, depois de Newton, foi a teoria da evolução apresentada por Charles Darwin. Suas conclusões foram o suporte documental da chamada ética evolutiva, do filósofo Herbert Spencer, para quem a moral resulta apenas de certos hábitos adquiridos pela humanidade ao longo de sua evolução. Friedrich **Nietzsche** explicou que a chamada conduta moral só é necessária ao fraco, uma vez que visa a permitir que este impeça a auto-realização do mais forte. Em visão oposta, Piotr Aleksevich **Kropotkin** afirmou que a sobrevivência das espécies depende da ajuda mútua e que os seres humanos obtiveram a primazia entre os animais em razão de sua capacidade de associação e cooperação.

A ética moderna demonstra influências da psicanálise de Sigmund Freud e das doutrinas behavioristas. Freud atribuiu o problema do bem e do mal em cada indivíduo à luta entre o impulso do *eu instintivo* para satisfazer a todos os seus desejos e a necessidade do *eu social* de controlá-los ou reprimi-los. O behaviorismo, através da observação dos comportamentos animais, reforçou a idéia da possibilidade de mudar a natureza humana, facilitando as condições que favoreçam os desejos de mudança.

Tendências recentes

Bertrand **Russell** marcou uma mudança de rumos no pensamento ético das últimas décadas. Reivindicou a idéia de que os juízos morais expressam desejos individuais ou hábitos aceitos. A seu ver, seres humanos completos são os que participam plenamente da vida social e expressam tudo que faz parte de sua natureza.

Martin **Heidegger**, por sua vez, afirmou que os seres humanos se encontram sós no Universo e têm que adotar e assumir suas decisões éticas com permanente consciência da morte. Outros filósofos modernos que se interessaram pelo pensamento ético foram John **Dewey** e George Edward **Moore**.

Os filósofos que julgam que o bem pode ser analisado são chamados de *naturalistas*. Eles consideram os enunciados éticos como descritivos do mundo em termos de verdadeiro ou falso. Existe, finalmente, uma escola não-cognitiva, em que a ética não representa uma forma de conhecimento e sua linguagem não é descritiva.

Ética e globalização

Com a globalização a responsabilidade ética, está cada vez mais sendo discutida porque a sociedade está exigindo mais transparência e mais respeito. Vivemos num mundo de muitas diversidades e principalmente desigualdades sociais, culturais e econômicas, criando-se uma indignação do comportamento humano, pois o “*capitalismo selvagem*” faz com que as pessoas se tornem individualistas.

Ser ético, hoje, é cada um assumir seu papel de cidadão, buscando, inclusive um convívio harmônico com seus semelhantes e, especialmente, com a natureza. Formar este cidadão ético deve ser um dos compromissos da educação.

Ética Empresarial

As idéias seguintes referem-se ao texto do professor Robert Solomon¹¹ da Universidade do Texas. Julgamos oportuno iniciarmos esta discussão ética reproduzindo a frase de William Vanderbilt:

“O público que se dane. Eu trabalho para os meus acionistas”.

A ética empresarial ocupa uma posição peculiar no campo da ética “aplicada”. Tal como os seus equivalentes em profissões como a medicina e o direito, consiste numa aplicação duvidosa de alguns princípios éticos muito gerais (*dever* ou *utilidade*, por exemplo) a situações e crises bastante específicas e muitas vezes únicas. Mas, ao contrário destas aplicações, a ética empresarial trata de uma área do empreendimento humano cujos praticantes, na sua maioria, não gozam de um estatuto profissional, e de cujos motivos muitas vezes se pensa (e se diz) serem muito pouco nobres. A cobiça (anteriormente *avareza*) é muitas vezes citada como o único motor da vida empresarial, e muito da história da ética empresarial é, conseqüentemente, pouco lisonjeira para a atividade empresarial. Num certo sentido, podemos seguir o

¹¹ Tradução de Alexandra Abranches. Artigo retirado de *A Companion to Ethics*, org. por Peter Singer (Blackwell, 1993)

percurso desta história até à época medieval e antiga, quando, além dos ataques à atividade empresarial que encontramos na filosofia e na religião, pensadores tão práticos como Cícero prestaram uma atenção cuidada à questão da equidade nas transações comerciais correntes. Mas para muito desta história também, a atenção centrou-se quase totalmente sobre esse tipo de transações particulares, rodeando este campo de um forte sentido de *ad hoc*, uma prática alegadamente não filosófica e afastada a maior parte das vezes por ser “casuística”.

Assim, a disciplina da ética empresarial tal como é praticada hoje em dia não tem mais do que uma década. Há apenas dez anos, era ainda um amálgama duvidoso de uma revisão rotineira de teorias éticas, algumas considerações gerais acerca do caráter justo do capitalismo e de uma série de casos tornados paradigmáticos – a maior parte deles desgraças, escândalos e desastres mostrando o mundo empresarial no que tem de pior e de mais irresponsável. A ética empresarial era um tópico sem credenciais na filosofia mais corrente, sem conteúdo conceptual próprio. Era um assunto demasiado virado para a prática, até para a “ética aplicada”, e, num mundo filosófico encantado por idéias transcendentais e mundos apenas “possíveis”, a ética empresarial estava demasiado preocupada com a vulgar moeda corrente das trocas quotidianas – o dinheiro.

Mas a própria filosofia virou-se outra vez para o “mundo real”, e a ética empresarial encontrou ou fez o seu lugar na junção entre os dois. Novas aplicações e uma renovada sofisticação na teoria dos jogos e na teoria da decisão social permitiram a introdução de análises mais formais na ética empresarial e, o que é muito mais importante, a interação com, e a imersão dos praticantes da ética empresarial no mundo ativo dos executivos das grandes empresas, sindicatos de trabalhadores e pequenos empresários consolidou aquilo que tinham sido elementos duvidosamente amalgamados da ética empresarial numa disciplina, atraiu o interesse e atenção dos líderes empresariais e transformou praticantes “acadêmicos” em participantes ativos no mundo empresarial. Por vezes, podemos acrescentar, até lhes dão ouvidos.

História concisa da ética empresarial

Num sentido amplo, a atividade empresarial existe pelo menos desde os antigos sumérios que há cerca de seis mil anos (de acordo com Samuel Noah Kramer) levavam a cabo uma grande quantidade de trocas comerciais, mantendo registos. Mas o comércio nem sempre foi visto como uma atividade fundamental e respeitável, tal como acontece nas sociedades modernas, e a perspectiva ética sobre o comércio ao longo da maior parte da história tem sido quase totalmente negativa.

Aristóteles, que merece ser reconhecido como o primeiro economista (dois mil anos antes de Adam Smith) distinguia dois sentidos diferentes daquilo a que chamava «economia»; o *oikonomikos* ou economia doméstica, que ele aprovava e considerava essencial

para o funcionamento de qualquer sociedade ainda que pouco complexa, e a *chrematisike*, a troca que tem como objetivo o lucro. Aristóteles acusou esta atividade de ser completamente destituída de virtude e chamou “parasitas” àqueles que se entregavam a tais práticas puramente egoístas. O ataque de Aristóteles à prática repugnante e improdutiva da “usura” manteve a sua força praticamente até ao século XVII. Apenas os marginais, nas franjas da sociedade, e não os cidadãos respeitáveis, se dedicavam a tais atividades. (O Shylock de Shakespeare no *Mercador de Veneza* era um marginal e um usurário.) Esta é, a traços largos, a história da ética empresarial – o ataque indiscriminado ao comércio e às suas práticas.

Jesus expulsou os vendilhões do templo, e os moralistas cristãos de São Paulo a São Tomás de Aquino e Martinho Lutero seguiram o seu exemplo, condenando rotundamente a maior parte daquilo a que hoje prestamos homenagem como “o mundo dos negócios”.

Mas se a ética empresarial como condenação foi levada a cabo pela filosofia e pela religião, o mesmo aconteceu com a dramática mudança em relação ao comércio que teve lugar no início da idade moderna. Calvino e, em seguida, os Puritanos Ingleses, pregaram as virtudes da poupança e da iniciativa, e Adam Smith canonizou a nova fé em 1776 na sua obra-prima, *A Riqueza das Nações*.

A nova atitude em relação ao comércio não surgiu da noite para o dia; ao invés, baseou-se em tradições com uma longa história. As guildas medievais, por exemplo, tinham estabelecido os seus próprios códigos de “ética empresarial”, específicos para cada ofício, muito antes de o comércio se tornar a instituição fundamental da sociedade. Mas a aceitação geral do comércio e o reconhecimento da economia como uma estrutura fundamental da sociedade dependeu de uma maneira completamente nova de pensar acerca da sociedade que exigiu não apenas uma mudança na sensibilidade filosófica e religiosa, mas também, e subjacente a ela, um novo sentido da sociedade e até da natureza humana.

Esta transformação pode ser explicada parcialmente em termos de urbanização, de sociedades maiores e mais centralizadas, da privatização de grupos familiares enquanto consumidores, do rápido desenvolvimento tecnológico, do crescimento da indústria e do concomitante desenvolvimento de estruturas, necessidades e desejos sociais.

Com a obra clássica de Adam Smith, a *chrematisike* tornou-se a instituição fundamental e a principal virtude da sociedade moderna. Mas a versão popular degradada da tese de Smith (a cobiça é boa) não era de molde a desembocar na disciplina da ética empresarial (não será isto uma contradição nos termos?), e os discursos moralizadores acerca do comércio mantiveram o seu preconceito antigo e medieval.

Homens de negócios como Mellon e Carnegie faziam conferências públicas acerca das virtudes do sucesso e da *noblesse oblige* dos ricos, mas a ética empresarial enquanto tal foi na sua maior parte desenvolvida por socialistas, como uma diatribe contínua contra a amoralidade do modo empresarial de pensar.

Só muito recentemente começou a dominar no discurso acerca do comércio uma perspectiva mais moral e respeitável acerca desta atividade, o que arrastou consigo a idéia de estudar os valores e ideais subjacentes. Podemos facilmente compreender como a liberdade do mercado pode sempre ser uma ameaça aos valores tradicionais e hostil ao controle governamental, mas já não concluímos de forma tão sofisticada que o próprio mercado não tem valores ou que os governos servem melhor o bem público do que o mercado.

Mito do lucro como objetivo

A ética empresarial já não se preocupa apenas ou fundamentalmente com a crítica do comércio e da sua prática. Os lucros já não são condenados juntamente com a “avareza” em sermões moralizantes e as grandes empresas já não são vistas como monólitos sem rosto e sem alma. A nova preocupação diz respeito a como deve o lucro ser concebido no contexto mais amplo da produtividade e da responsabilidade social, e como podem as grandes empresas, enquanto comunidades complexas, servir tanto os seus empregados como a sociedade na qual se encontram.

A ética empresarial evoluiu de um ataque totalmente crítico ao capitalismo e ao “objetivo do lucro”, para um exame mais produtivo e construtivo das regras e práticas subjacentes ao comércio. Mas o antigo paradigma – aquilo a que Richard DeGeorge chamou “o mito dos negócios amorais” – persiste, não apenas num público desconfiado e em alguns filósofos de pendor socialista, mas também entre muitas pessoas que se dedicam ao comércio. Posto isto, a primeira tarefa da ética empresarial é abrir caminho por entre alguns mitos e metáforas altamente incriminatórios que, mais do que esclarecer, obscurecem o espírito subjacente que torna a atividade empresarial possível.

Cada disciplina tem o seu próprio vocabulário de auto-glorificação. Os políticos deliciam-se com os conceitos de “serviço público” ao mesmo tempo que procuram o poder pessoal. Os advogados defendem os nossos “direitos” na base de pagamentos polpudos. Os professores descrevem aquilo que fazem em termos da nobre linguagem da “verdade e do conhecimento”, enquanto gastam a maior parte do seu tempo e energia em política de bastidores. Mas, no caso do comércio, a linguagem de auto-glorificação é freqüente e particularmente pouco lisonjeira. Por exemplo, os executivos ainda falam acerca daquilo que fazem em termos do “lucro como objetivo, sem se aperceberem de que a expressão foi inventada pelos socialistas do século XIX como um *ataque* ao comércio e à sua busca

reduzora de dinheiro com exclusão de todas as outras considerações e obrigações.

É verdade que um negócio visa obter lucros, mas só o faz fornecendo bens e serviços de qualidade, criando empregos e “inserindo-se” na comunidade. Selecionar os lucros em detrimento da produtividade ou do serviço público como o objetivo central da atividade empresarial é simplesmente provocatório. Os lucros não são, em si, o fim ou o objetivo da atividade empresarial: os lucros são distribuídos e reinvestidos. Os lucros são um meio para montar o negócio e recompensar os empregados, os executivos e os investidores. Para algumas pessoas os lucros podem ser um meio de registrar os ganhos, mas mesmo nestes casos o objetivo é o estatuto e a satisfação de “ganhar” e não os lucros em si.

Uma imagem de si que alguns executivos têm, mais sofisticada mas não muito diferente, afirma que os gestores empresariais estão acima de tudo vinculados a uma e apenas uma obrigação: maximizar os lucros dos seus acionistas. Mas não é preciso inquirir se este é de fato o objetivo por detrás da maior parte das decisões de gestão para chamar a atenção para que, ainda que os gestores reconheçam que os seus próprios papéis nos negócios são definidos mais por obrigações do que pelo “objetivo do lucro”, esta imagem pouco lisonjeira foi simplesmente transferida para os acionistas (isto é, para os proprietários).

Será verdade que os investidores/proprietários se preocupam apenas com a maximização dos seus lucros? Será, afinal, o acionista a encarnação daquele desumano *homo economicus* completamente destituído de responsabilidade e orgulho cívico, sem qualquer preocupação com as virtudes da empresa de que ele ou ela é proprietário para além das responsabilidades que podem torná-lo vulnerável a processos judiciais onerosos?

E se alguns investidores fortuitos, que investem apenas por quatro meses, podem realmente não estar senão interessados em aumentar os seus investimentos em 30 %, como podemos ter tanta certeza de que os gestores da empresa têm *alguma* obrigação para com eles além de não derreter ou esbanjar intencionalmente o seu dinheiro? A procura do lucro não é o objetivo último e muito menos é o objetivo único dos negócios. É antes um dos muitos objetivos e ainda assim é o enquanto um meio e não enquanto um fim em si.

É assim que compreendemos mal o comércio: adotamos uma perspectiva demasiado reduzora daquilo que o comércio é, por exemplo, a procura do lucro, e depois retiramos conclusões anti-éticas ou amorais. É este enfoque redutor e injustificado sobre, por exemplo, os “direitos dos acionistas” que tem sido usado para defender alguns dos “*takeovers hostis*”, extremamente destrutivos e certamente improdutos, de grandes empresas nos últimos anos. Não estou com isto a negar os direitos dos acionistas a um retorno justo, nem as

“responsabilidades fiduciárias” dos gestores de uma empresa. Quero apenas dizer que estes direitos e responsabilidades só têm sentido num contexto social mais vasto e que a própria idéia do “lucro como objetivo” como um fim em si – em oposição a uma concepção do lucro como um meio para encorajar e recompensar o trabalho árduo e o investimento, construindo um negócio melhor e servindo melhor a sociedade – é um obstáculo sério à compreensão do rico tecido de objetivos e atividades que compõem o mundo dos negócios.

Outros mitos e metáforas dos negócios

Entre os mitos e metáforas mais prejudiciais que encontramos no discurso acerca dos negócios estão aqueles conceitos *darwinistas* másculos como “*a sobrevivência do mais apto*” e “*aquilo lá fora é uma selva*”.

A idéia subjacente é a de que a vida dos negócios é competitiva, e nem sempre justa. Mas estas duas observações óbvias são muito diferentes das imagens de “comer ou ser comido” e “cada um por si” que são vulgares no mundo empresarial. É verdade que o comércio é e deve ser competitivo, mas não é verdade que seja uma atividade assassina, canibal, onde “*se faz aquilo que for preciso para sobreviver*”. Por mais competitiva que uma dada indústria possa ser, assenta sempre sobre uma fundação de interesses partilhados e regras de conduta consensuais, e a competição tem lugar não numa selva, mas numa comunidade, a qual presumivelmente serve e da qual depende.

A vida empresarial é, antes de mais nada, fundamentalmente *cooperativa*. A competição só é possível nos limites de preocupações que são mutuamente partilhadas. E, contrariamente à metáfora da selva de “cada animal por si”, o comércio envolve sempre grandes grupos de cooperação baseados na confiança mútua, não apenas as próprias empresas, mas também redes de fornecedores, serviços, clientes e investidores.

A concorrência é essencial para o capitalismo, mas confundir isto com concorrência “desenfreada” é minar a ética e também não compreender a natureza da concorrência. (Do mesmo modo, devemos olhar com desconfiança para a metáfora familiar da “guerra” que é popular em tantos conselhos de administração e para a corrente metáfora do *jogo* e a ênfase em *ganhar* que tem tendência para transformar a atividade séria de *ganhar a vida* em qualquer coisa como um desporto auto-contido.)

A metáfora mais persistente, que parece resistir apesar da quantidade de provas acumuladas contra ela, é a do individualismo atomista. A origem da idéia segundo a qual a vida empresarial consiste simplesmente em transações sobre as quais há acordo mútuo entre cidadãos individuais (evitando a interferência do governo) pode ser encontrada em Adam Smith e na filosofia que dominou a Grã-Bretanha no século XVIII. Mas a maior parte da vida empresarial de hoje consiste

em papéis e responsabilidades em empreendimentos cooperativos, sejam eles pequenos negócios familiares ou empresas multinacionais gigantescas.

O governo e as empresas são tão freqüentemente parceiros quanto opositores (por mais frustrante que por vezes possa parecer o labirinto da “regulação”), seja por meio de subsídios, tarifas e incentivos fiscais ou sob a forma de empreendimentos em estreita cooperação (Japan, Inc. e projetos tão grandiosos como o do vaivém espacial da NASA).

Mas o individualismo atomista não é apenas inadequado perante a complexidade empresarial do mundo dos negócios de hoje; é também ingênuo ao supor que não há quaisquer regras e práticas institucionais subjacentes à mais simples promessa, contrato ou troca. O comércio é uma prática social, e não uma atividade levada a cabo por indivíduos isolados. Só são possíveis porque têm lugar numa cultura com um conjunto de procedimentos e expectativas estabelecidos e estes (à exceção de detalhes) não estão abertos à manipulação individual.

Assim, é um sinal de considerável progresso que um dos modelos dominantes do pensamento empresarial corrente seja a idéia de uma “cultura empresarial”. Como em qualquer analogia, não há, claro, uma correspondência estrita, mas é importante considerar as virtudes desta metáfora. É social, e rejeita o individualismo atomista. Reconhece que o lugar das pessoas na organização é a estrutura fundamental da vida empresarial. Aceita abertamente a idéia de uma ética. Reconhece que os valores partilhados são o que mantém uma cultura coesa. Ainda deixa lugar para o individualista rebelde, o empreendedor, mas este ou esta só é possível na medida em que há um papel (e um papel importante) para a excentricidade e a inovação. Mas o problema da metáfora da “cultura” é que também ela tende a ser demasiado auto-contida. Uma empresa não é como uma tribo isolada das Ilhas Trobriand. Uma cultura empresarial é uma parte inseparável de uma cultura mais vasta, é no máximo uma sub-cultura (ou uma sub-sub-cultura), uma unidade funcional especializada que está num órgão que está num organismo. Aliás, o que caracteriza todos estes mitos e metáforas é a tendência para ver o comércio como uma atividade isolada e separada, com valores diferentes dos valores da sociedade circundante. Acabar com esta perspectiva de isolamento é a primeira tarefa da ética empresarial.

Ética micro, macro e molar

Podemos muito bem distinguir três (ou mais) níveis de comércio e de ética empresarial, desde o *micronível* – as regras para uma troca justa entre dois indivíduos, até ao *macronível* – as regras institucionais ou culturais do comércio para toda uma sociedade – o mundo dos negócios. Devemos também circunscrever uma área a que podemos

chamar o nível *molar* da ética empresarial, e que diz respeito à unidade básica do comércio nos nossos dias – a empresa.

A micro-ética nos negócios é, claro, uma parte integrante da ética tradicional – a natureza das promessas, as conseqüências e outras implicações das ações de um indivíduo, o fundamento e a natureza dos diversos direitos individuais. O que é específico da micro-ética dos negócios é a idéia de troca justa e, juntamente com ela, a noção de um salário justo, de tratamento justo, do que pode ser considerado uma *pechincha* e do que, pelo contrário, constitui um *roubo*. A noção aristotélica de justiça *comutativa* é aqui particularmente útil, e mesmo os antigos se preocupavam já, de tempos a tempos, com a questão de saber se, por exemplo, o vendedor de uma casa estava obrigado a informar o potencial comprador de que o telhado tinha chegado ao seu limite e podia deixar entrar água às primeiras chuvas fortes.

Por seu lado, a macro-ética tornou-se uma parte integrante das questões mais vastas acerca da justiça, da legitimidade e da natureza da sociedade que constituem a filosofia social e política.

Qual é a finalidade do “mercado livre” – ou é este em algum sentido um bem em si mesmo, com o seu próprio *telos*?

São os direitos de propriedade privada básicos, precedendo de algum modo a convenção social (como John Locke ou, mais recentemente, Robert Nozick, defenderam) ou deve o mercado ser também concebido como uma prática social complexa da qual os direitos são apenas um ingrediente entre outros?

Será o sistema de mercado livre “justo”?

Será a maneira mais eficiente de distribuir bens e serviços numa sociedade?

Prestará suficiente atenção a casos de necessidade desesperada (onde uma “troca justa” nem sequer está em causa)?

Prestará suficiente atenção ao mérito, nos casos em que não está garantido que haja procura suficiente de virtude para que esta seja recompensada?

Quais são as funções legítimas (e ilegítimas) do governo na vida dos negócios, e qual é a função da regulação governamental?

Por outras palavras, a macro-ética é uma tentativa de ter uma imagem global, de compreender a natureza do mundo dos negócios e das suas funções próprias.

Mas a unidade “molar” definitiva do comércio moderno é a empresa, e as questões centrais da ética empresarial tendem a dirigir-se declaradamente aos diretores e empregados daqueles poucos

milhares de empresas que determinam a maior parte da vida comercial mundial. São, especificamente, questões que dizem respeito ao papel da empresa na sociedade e ao papel do indivíduo na empresa.

Assim, não é de surpreender que os assuntos mais estimulantes se encontrem nos interstícios dos três níveis de discurso ético, por exemplo, a questão da responsabilidade social da empresa – o papel da empresa na sociedade mais vasta –, e questões de responsabilidades definidas pelo cargo – o papel do indivíduo na empresa.

Responsabilidade social da empresa

O conceito central na maior parte da ética empresarial mais recente é a idéia de responsabilidade social. É também um conceito que tem irritado muitos dos entusiastas do mercado livre tradicional e promovido alguns argumentos incorretos ou enganadores. O mais famoso será talvez a crítica do prêmio Nobel da Economia Milton Friedman, no *New York Times* (13 de Setembro de 1970), intitulada "A responsabilidade social dos negócios é aumentar os seus lucros". Neste artigo, Friedman chamava aos homens de negócios que defendiam a idéia de responsabilidade social da empresa "*fantoches involuntários das forças intelectuais que estão a minar as bases de uma sociedade livre*" e acusava-os de "*pregar um socialismo puro e duro*".

O argumento de Friedman consiste essencialmente em afirmar que os gestores de uma empresa são empregados dos acionistas e, enquanto tais, têm uma *responsabilidade fiduciária* de maximizar os seus lucros. Dar dinheiro para caridade ou outras causas sociais (exceto enquanto atividades de relações públicas visando aumentar os negócios) e envolver-se em projetos comunitários (que não aumentem os negócios da empresa) é equivalente a roubar os acionistas.

Mais ainda, não há qualquer razão para supor que uma empresa ou os seus empregados têm alguma competência ou conhecimento especial no âmbito das políticas públicas, logo, quando se envolvem em atividades comunitárias (enquanto gestores da empresa, não enquanto cidadãos privados agindo em seu próprio nome), estão não só a ultrapassar as suas competências, como também a violar as suas obrigações.

Algumas das falácias presentes neste raciocínio têm a ver com a perspectiva redutora do comércio como se estivesse orientado para o lucro, e com o retrato unidimensional e muito pouco lisonjeiro do acionista que foi mencionado anteriormente; outras (*socialismo puro e duro* e *roubar*) são simplesmente excessos retóricos. O argumento da "competência" (também defendido por Peter Drucker no seu influente livro sobre gestão, *Management*) só faz sentido para casos em que as empresas levem a cabo projetos de engenharia social que estejam de fato para além das suas capacidades; mas será que é preciso

competências especiais ou conhecimentos profundos para ter preocupações acerca do emprego discriminatório, ou das práticas de promoção dentro da empresa, ou dos efeitos devastadores dos lixos industriais sobre a paisagem envolvente? A resposta geral a argumentos do tipo do de Friedman que recentemente se tornou popular na ética empresarial pode ser sintetizada num modesto jogo de palavras: em vez do *acionista (stockholder)*, os beneficiários das responsabilidades sociais da empresa são as partes interessadas (*stakeholders*), de que os acionistas são apenas uma subclasse. Os *stakeholders* de uma empresa são todos os que são afetados e que têm direitos e expectativas legítimos em relação às atividades da empresa, o que inclui os empregados, os consumidores e os fornecedores, assim como a comunidade envolvente e a sociedade no seu conjunto.

A vantagem deste conceito é que ele permite expandir muito o enfoque das preocupações empresariais sem perder de vista as virtudes e capacidades particulares da própria empresa. Considerada deste modo, a responsabilidade social não é um fardo adicional sobre a empresa, mas uma parte integrante das suas preocupações essenciais, servir as necessidades e ser justo não apenas para com os seus investidores ou proprietários, mas também para com aqueles que trabalham, compram, vendem, vivem perto ou são de qualquer outro modo afetados pelas atividades que são exigidas e recompensados pelo sistema de mercado livre.

Obrigações para com os consumidores e comunidade

Os gestores das empresas têm obrigações para com os seus acionistas, mas também têm responsabilidades para com outras partes interessadas (*stakeholders*). Em particular, têm obrigações para com os consumidores e também para com a comunidade circundante, assim como para com os seus próprios funcionários.

O objetivo da empresa é, afinal de contas, servir o público, seja fornecendo produtos e serviços desejados e desejáveis, seja não prejudicando a comunidade e os seus cidadãos. Não se pode dizer, por exemplo, que uma empresa está a cumprir o seu objetivo público se está a poluir o ar ou as reservas de água, se está a estrangular o trânsito ou a açambarcar recursos comuns, se está (ainda que indiretamente) a promover o racismo ou o preconceito, se está a destruir a beleza natural do ambiente, ou se está a ameaçar o bem-estar financeiro ou social dos cidadãos locais.

Em relação aos consumidores, a empresa tem a obrigação de fornecer bens e serviços de qualidade. Tem a obrigação de garantir que os seus produtos e serviços são seguros, através de investigação e de instruções adequadas, de avisos contra eventuais utilizações incorretas.

Os produtores são e devem ser responsáveis pelos efeitos perigosos e pela má utilização previsível dos seus produtos, por exemplo, a probabilidade de uma criança engolir uma peça pequena e facilmente destacável de um brinquedo feito especialmente para o grupo etário a que ela pertence; e hoje alguns grupos de defesa do consumidor sugerem que tal responsabilidade não deve ser excessivamente qualificada pela alegação de que “*se trata de adultos que sabiam ou deviam saber os riscos do que estavam a fazer*”. Esta última exigência aponta, no entanto, para uma série de preocupações problemáticas correntes, especificamente, a presunção geral de maturidade, inteligência e responsabilidade por parte do consumidor e a questão dos limites razoáveis da responsabilidade por parte do produtor. É óbvio que às crianças se aplicam considerações especiais.

Em que medida deve o produtor tomar precauções contra utilizações dos seus produtos que sejam claramente idiossincráticas ou idiotas?

Que restrições devem ser impostas a produtores que vendem e distribuem produtos comprovadamente perigosos, por exemplo, cigarros e armas de fogo – ainda que haja uma considerável procura desses produtos por parte dos consumidores – e deve o produtor ser responsável por aquilo que é claramente um risco previsível para o consumidor?

De fato, cada vez mais se coloca a questão de saber se e em que medida devemos reinstalar aqueles avisos já antigos: “Cuidado. Prejudicial à saúde. Consumidor, tem cuidado”, para contrariar a tendência descontrolada em direção à irresponsabilidade do consumidor e à responsabilização empresarial indiscriminada.

A inteligência e a responsabilidade do consumidor estão também em causa no tópico muito discutido da publicidade, contra a qual algumas das mais sérias críticas das práticas e negócios correntes têm sido dirigidas. A defesa clássica do sistema de mercado livre consiste em afirmar que ele satisfaz a procura. Mas se forem os produtores a *criar* de fato a procura para os produtos que produzem, então esta defesa clássica perde o seu fundamento. Efetivamente, afirma-se que publicidade é em si coerciva, na medida em que interfere com a livre escolha do consumidor, o qual deixa de estar numa posição em que decide a melhor maneira de satisfazer as suas necessidades e é em vez disso submetido a um bombardeamento de influências que podem muito bem ser irrelevantes ou até contrárias a essas necessidades. E mesmo quando a desejabilidade do produto não está em causa, há questões muito reais acerca da publicidade de certas marcas e da criação artificial de “diferenciação de produtos”. E há ainda aquelas questões já familiares acerca do gosto – na fronteira (e por vezes para além dela) entre a ética e a estética. Há o uso do sexo – muitas vezes tentador e por vezes declarado – para aumentar o poder de atração de produtos que vão dos chicletes aos automóveis; há as promessas

implícitas, mas obviamente falsas, de sucesso e aceitação social se comprarmos este sabonete ou aquela pasta de dentes; e há as representações ofensivas das mulheres ou de minorias e muitas vezes da natureza humana enquanto tal, apenas para vender produtos que a maior parte de nós podia perfeitamente dispensar.

Mas será que este consumo supérfluo e o gosto (ou falta dele) que o vende é uma questão ética? Será que se pode realmente esperar que alguém acredite que a sua vida irá mudar com uma pastilha de mentol ou um chão de cozinha que não precisa de ser encerado?

Uma questão muito mais séria é a mentira pura e simples em publicidade. Mas aquilo que constitui uma *mentira* não é de todo evidente neste mundo da sedução, do *kitsch* e da hipérbole. Talvez ninguém acredite realmente que uma certa pasta de dentes ou um par de calças jeans de marca possa garantir o seu sucesso com a namorada dos seus sonhos (embora milhões estejam dispostos a arriscar, porque nunca se sabe), mas quando um produto tem efeitos que podem muito bem ser fatais, a exatidão da publicidade é considerada com muito mais cuidado. Quando um produto médico é publicitado com base em informação técnica enganosa, incompleta ou simplesmente falsa, quando um “remédio para a constipação” é vendido ao balcão com a promessa, mas sem qualquer prova concreta, de que pode aliviar os sintomas e evitar complicações, quando efeitos secundários conhecidos e perigosos são ocultados sob a afirmação genérica “*como no caso de qualquer outro medicamento, consulte o seu médico*”, então a aparentemente simples “verdade na publicidade” torna-se um imperativo moral e alguns princípios éticos (se não mesmo a lei) foram violados.

Tem-se argumentado freqüentemente que, num mercado livre funcionando idealmente, a única publicidade que devia ser necessária ou permitida seria a pura informação relativa à utilidade e qualidade do produto. Mas, em algumas circunstâncias, o consumidor médio pode não ter nem ser capaz de compreender a informação relevante acerca do produto em causa.

No entanto, em muitos casos, os consumidores assumem muito pouca responsabilidade pelas suas próprias decisões e não se pode com justiça culpar a publicidade pela sua irresponsabilidade ou irracionalidade.

As empresas têm responsabilidades para com os seus clientes, mas os consumidores também têm responsabilidades.

A ética empresarial não é uma questão de responsabilidade empresarial apenas, mas de um conjunto interligado de responsabilidades mútuas.

Indivíduo na empresa: responsabilidades e expectativas

A parte interessada (*stakeholder*) mais maltratada no padrão das responsabilidades empresariais será talvez o empregado da empresa. Na teoria tradicional do mercado livre, o trabalho do empregado é ele próprio mais uma mercadoria, sujeita às leis da oferta e da procura. Mas enquanto que podemos vender a preço de saldo alfinetes ou peças de máquina que já não têm procura, ou simplesmente desfazer-nos deles, o empregado é um ser humano, com necessidades e direitos muito reais e distintos do seu papel na produção ou no mercado.

Um espaço de trabalho apertado e desconfortável ou longas e duras horas de trabalho podem reduzir as despesas ou aumentar a produtividade, e pagar salários de sobrevivência a empregados que, por uma razão ou outra, não podem, não se atrevem ou não sabem como se queixar, pode aumentar os lucros, mas tais condições e práticas são hoje em dia reconhecidas por todos, menos pelo mais empedernido *darwinista*, como altamente anti-éticas e legalmente injustificáveis. Mesmo assim, o modelo do trabalho como *mercadoria* ainda tem uma forte influência em muito do pensamento empresarial, tanto no que diz respeito a gestores e executivos como a trabalhadores, tanto especializados como indiferenciados.

É por esta razão que a maioria da mais recente ética empresarial centrou a sua atenção em noções como os direitos dos empregados e, a partir de uma perspectiva bastante diferente, é também por esta razão que a velha noção de “lealdade à empresa” voltou a merecer atenção. Afinal, se uma empresa trata os seus empregados como meras peças descartáveis, ninguém pode ficar surpreendido se os empregados começarem a tratar a empresa com uma mera fonte transitória de salários e benefícios.

No entanto, a outra face deste quadro perturbador é a também renovada ênfase dada à noção de papéis e responsabilidades do empregado, uma das quais é a lealdade à empresa. Nunca é demais sublinhar que *lealdade* aqui é uma preocupação que funciona nos dois sentidos; o empregado pode, em virtude do seu emprego, ter obrigações especiais para com a empresa, mas a empresa tem por sua vez obrigações para com o empregado. Mas é perigoso colocar ênfase em conceitos como *lealdade* sem esclarecer muito bem que a lealdade está ligada não apenas ao emprego em geral, mas também ao papel e responsabilidades particulares de cada um.

Um papel, segundo R.S. Downie, é “*um aglomerado de deveres e direitos com algum tipo de função social*” – neste caso, uma função na empresa. Há certos aspectos do papel e das responsabilidades de cada um que podem ser especificados num contrato de trabalho e na lei, mas muitos deles – por exemplo, os costumes locais, os padrões de deferência e outros aspectos daquilo a que há pouco chamamos “cultura empresarial” – só se tornam evidentes com o tempo e através

do contato com outros empregados. Mais ainda, não se trata simplesmente de “fazer o nosso trabalho” mas, por razões de ética e de economia, de fazer o nosso trabalho o melhor possível.

A este respeito parece-me correto o que diz Norman Bowie: *um trabalho nunca é apenas um trabalho*. Tem também uma dimensão moral: orgulho no nosso produto, cooperação com os colegas e preocupação com o bem-estar da empresa. Mas, é claro, estas obrigações decorrentes do papel têm os seus limites (por mais que certos gestores tentem negar isto para sua conveniência). O comércio não é um fim em si, está ao invés inserido e é sustentado por uma sociedade que tem outras e mais importantes preocupações, normas e expectativas.

Ouvimos muitas vezes empregados (e até mesmo executivos de alto nível) queixarem-se de que os seus “*valores empresariais estão em conflito com os seus valores pessoais*”. O que isto normalmente significa é que certas exigências feitas pelas empresas são anti-éticas ou imorais. Aquilo a que a maior parte das pessoas chama os seus “valores pessoais” são de fato os valores mais profundos e amplos da sua cultura.

O denunciante

E é neste contexto que devemos compreender a já familiar figura trágica da vida empresarial contemporânea – o denunciante.

Este não é simplesmente um excêntrico que não consegue adaptar-se à organização que ameaça denunciar.

O denunciante reconhece não ser capaz de tolerar a violação da moral ou da confiança pública e sente-se na obrigação de fazer alguma coisa.

As biografias da maior parte dos denunciantes não são uma leitura agradável, mas a sua existência e ocasional sucesso testemunham amplamente as obrigações interligadas das empresas, dos indivíduos e da sociedade. Aliás, talvez o resultado particular mais importante da emergência da ética empresarial no espaço público tenha sido chamar a atenção para esses indivíduos e dar uma nova respeitabilidade àquilo que os seus empregadores vêem incorretamente como nada mais do que falta de lealdade. Mas quando a exigência de fazer negócio entra em conflito com a moral ou o bem-estar da sociedade, são os negócios que têm que ceder, o que é, talvez, o fundamental da ética empresarial.

ESTÉTICA

A Falsa Eternidade

Carlos Drummond de Andrade

O verbo prorrogar entrou em pleno vigor, e não só se prorrogaram os mandatos como o vencimento de dívidas e dos compromissos de toda sorte.

Tudo passou a existir além do tempo estabelecido. Em consequência não havia mais tempo.

Então suprimiram-se os relógios, as agendas e os calendários. Foi eliminado o ensino de História para que História? Se tudo era a mesma coisa, sem perspectiva de mudança.

A duração normal da vida também foi prorrogada e, porque a morte deixasse de existir, proclamou-se que tudo entrava no regime de eternidade.

Aí começou a chover, e a eternidade se mostrou encharcada e lúgubre. E o seria para sempre, mas não foi.

Um mecânico que se entediava em demasia com a eternidade aquática inventou um dispositivo para não se molhar.

Causou a maior admiração e começou a receber inúmeras encomendas. A chuva foi neutralizada e, por falta de objetivo, cessou. Todas as formas de duração infinita foram cessando igualmente.

Certa manhã, tornou-se irrefutável que a vida voltara ao signo do provisório e do contingente. Eram observados outra vez prazos, limites.

Tudo refloresceu. O filósofo concluiu que não se deve plagiar a eternidade.

Contos Plausíveis, in Andrade, C. D. (1992):
Poesia e Prosa, Rio de Janeiro: Aguilar, pg.
1233.

Ramo da filosofia relacionado com a essência e a percepção do belo e do feio. Sua finalidade é mostrar se os objetos são percebidos de modo particular (o modo estético) ou se têm, em si, qualidades específicas (estéticas). Também verifica se existem diferenças entre o belo e o sublime. O termo foi introduzido em 1753, pelo filósofo alemão **Baumgarten**, embora as primeiras teorias de certo alcance sejam as de Platão e de Aristóteles. Ambos falaram da arte como imitação da realidade e consideraram a estética inseparável da ética e da política.

O impulso do pensamento estético moderno se deu na Alemanha, durante o século XVIII, em que se destaca o filósofo **Fichte**, que considerava a beleza uma virtude moral e a arte, individual ou social, a satisfação de um importante propósito humano. **Kant** sugeriu, igualmente, que os objetos podem ser julgados belos quando satisfazem a um desejo desinteressado. Acrescentou que os fundamentos da resposta do indivíduo à beleza existem em sua

estrutura de pensamento. Em fins do século XIX, outros filósofos alemães que trataram do assunto foram Hegel, Schopenhauer e Nietzsche, que, rompendo a linha de evolução, afirmava que a arte é a realização plena da vida, podendo qualquer experiência gerar algo belo.

Estética e arte

No século XIX, os conceitos vanguardistas começaram a questionar os enfoques tradicionais da estética, segundo os quais a arte é imitação da natureza e as obras de arte são tão úteis quanto belas. Os pós-impressionistas demonstraram maior interesse pela estrutura pictórica e em expressar a própria psiquê do que em representar objetos do mundo da natureza. Este interesse estrutural tornou-se mais desenvolvido no início do século XX pelos pintores cubistas, como Pablo Picasso. Relacionado a tais enfoques, adquiriu importância o princípio da “arte pela arte”, derivado da visão de Kant. A frase, utilizada pela primeira vez pelo filósofo francês Victor Cousin, em 1818, tornou-se o lema do esteticismo.

Principais influências contemporâneas

Quatro filósofos do fim do século XIX e princípio do XX foram seus principais teóricos: Henri Bergson, Benedetto Croce, George Santayana e John Dewey. Além disso, tanto o marxismo quanto a psicanálise reiteraram a dimensão prática da arte. O primeiro afirma que só é importante a arte “progressista”, ou seja, que defende os valores da sociedade em que se crê. Por sua vez, Sigmund Freud acreditava no valor da arte para uso terapêutico: na pintura e na poesia surrealista, o subconsciente é utilizado como fonte de criação. Jean Paul Sartre defendia, igualmente, uma modalidade de existencialismo na qual a arte fosse uma expressão da liberdade de escolha do indivíduo, demonstrando, assim, a responsabilidade individual de sua opção.

O TRABALHO

Chamamos mundo do trabalho a um amplo conjunto de fatores ligados entre si e que abrangem todas as relações que determinam o modo de trabalhar e a maneira como a sociedade vê o trabalho.

O mundo do trabalho abrange o ambiente de produção, o mercado consumidor, a organização dos trabalhadores, a legislação trabalhista, os mecanismos de previdência e bem-estar social, etc.

As mudanças do capitalismo nas últimas décadas têm provocado impactos radicais no mundo do trabalho, com conseqüências diretas na vida cotidiana dos trabalhadores. O desemprego estrutural em massa extingue irreversivelmente postos de trabalho e exige novas qualificações para o exercício das funções restantes e para as que se criam.

Na época da globalização, as empresas se instalam nos países onde os salários são mais baixos e a legislação trabalhista mais frouxa. Para os países do primeiro mundo, o resultado é desemprego, redução salarial e perda de garantias trabalhistas. Para aqueles da periferia, isso significa o fim da esperança de vir a conquistar os padrões dos países desenvolvidos.

Os países que atraem empresas (e seus empregos) reduzem seus já poucos sistemas de proteção aos trabalhadores. Como mesmo estes países vêm crescer seus níveis de desemprego, o resultado é o aumento do setor informal da economia: cada vez mais pessoas trabalham sem carteira assinada e sem o amparo da legislação.

Nesse contexto, a formação profissional precisa se dedicar a um duplo papel: a qualificação dos trabalhadores, levando em conta as exigências do mercado, e a educação para a cidadania, levando em conta as exigências da sociedade.

O trabalho e a condição humana

A filosofia grega e o pensamento medieval consideravam o trabalho uma atividade produtiva material indigna da condição humana. Para Platão, os escravos não possuíam alma - nem essência humana - razão por que pertenciam a uma categoria fronteira entre os animais e os cidadãos livres. Segundo Aristóteles, “o ócio é a *condição fundamental da filosofia*”. Tais concepções refletem as ideologias dominantes na sociedade escravocrata grega e no sistema feudal baseado no trabalho servil.

A destruição do regime senhorial pela burguesia trouxe como conseqüência a instituição do “*trabalho livre*”: a terra tornou-se propriedade privada e os que não tinham acesso a ela passaram a vender sua força de trabalho a quem melhor pagasse. Assim, o

trabalhador livrou-se do regime servil e conseguiu exercer alguma atividade independente.

No século XIX, pensadores socialistas alemães inverteram o esquema ideológico da Antigüidade, passando a definir o trabalho como essência do homem. O que distingue o trabalho humano das atividades dos outros animais é que estas obedecem a reações instintivas, e aquele resulta de um “**projeto**”: Com o trabalho, o homem objetiva adequar o meio natural a suas necessidades. Ao fazer isso, ele não só modifica a natureza exterior, mas constitui sua própria natureza humana. Como atividade social, o trabalho requer uma organização que também condiciona a estrutura de toda a sociedade. Embora a preocupação com a objetividade científica remonte à Antigüidade, é relativamente recente a descoberta de que a estrutura e a evolução das sociedades são determinadas - em última instância - pelo modo segundo o qual nelas se “*ganha a vida*”.

Conceito de trabalho

Pode-se dizer que a história do trabalho confunde-se com a da humanidade. É por meio do labor que o homem transforma a natureza em função de suas necessidades materiais e espirituais; e é mediante o aperfeiçoamento da produção que cria novas necessidades, bem como a capacidade de satisfazê-las, determinando para isso modificações nas estruturas políticas, econômicas e sociais e em suas manifestações ideológicas.

A expressão “*trabalho humano*”, para as filosofias tradicionais, não passa de um conceito vinculado à idéia de estaticidade, e refere-se a uma “*essência*” utilizada para exaltar tanto o esforço dos trabalhadores como as virtudes daqueles que se apropriam do excedente econômico produzido pelos primeiros. A idéia de “*trabalho*” em si mesma é vazia na medida em que é pouco específica mas torna-se um eficiente instrumento de análise quando adequadamente qualificada: **trabalho abstrato** ou **concreto**, **manual** ou **intelectual**, **direto** ou **indireto**, **produtivo** ou **improdutivo**, **necessário** ou **excedente**, além de **objeto de trabalho**, **força de trabalho**, **meio de trabalho** e, ainda, **trabalho assalariado**, **escravo**, **servil**, **comunitário**, etc.

Através do conceito abstrato de processo de trabalho chega-se a outros conceitos, como os de **processo de produção** e **modos de produção**, utilizados na análise de situações concretas. Ele abarca as condições gerais que se encontram presentes em toda atividade transformadora. Em primeiro lugar, o trabalho é um processo no qual o homem atua sobre a natureza, desenvolvendo suas potencialidades a fim de obter um resultado concreto: **o produto desejado**.

Os **elementos do processo de trabalho** são: os *meios de produção* – que compreendem os instrumentos de trabalho (máquinas e ferramentas), além de outros elementos necessários à produção (pontes, estradas, edifícios, redes de energia, veículos, animais de tração, etc.); a *força de trabalho*, consubstanciada na energia, aptidão

e habilidade do trabalhador; e o *objeto de trabalho*, que corresponde à matéria que se pretende transformar. A força de trabalho é o fator criador ativo, e atua diretamente sobre o objeto de trabalho. Este pode ser de dois tipos: as matérias-primas que resultam de processos de trabalho anteriores, e as matérias brutas, que se encontram em estado natural.

Processos de produção são as formas historicamente determinadas de combinação dos elementos do processo de trabalho. Em condições históricas concretas nas quais surge o quarto componente (o *não-trabalhador*), esses elementos combinam-se de diferentes formas.

Do ponto de vista da propriedade, os meios de produção podem pertencer ao *próprio trabalhador individual* (nos modos de produção artesanal), a *não-trabalhadores* diferentes (sistemas antagônicos), a comunidades (cooperativas) ou à sociedade em conjunto. E, do ponto de vista técnico, os meios de trabalho são controlados diretamente pelo trabalhador (artesão) por trabalhadores indiretos (técnicos, supervisores), pelo proprietário ou por diversos participantes do processo (manufatura).

As forças produtivas

Os meios de produção são o elemento determinante do processo de trabalho. A produtividade e a qualidade dos produtos dependem do instrumental utilizado. O tipo de objeto do processo de trabalho pode ser alterado em função de características novas assumidas pelos meios de produção, e o desenvolvimento destes chega a exigir novos tipos de objetos de trabalho. O urânio, por exemplo, só se tornou objeto de trabalho com o desenvolvimento do instrumental capaz de utilizá-lo.

O conceito de **forças produtivas** abrange os elementos do processo de trabalho sob o ponto de vista da produtividade (quantidade de produtos elaborados numa unidade de tempo determinada) do trabalho. Embora representem fatores determinantes, que podem funcionar como índice os meios de produção, tomados isoladamente, não bastam para definir o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, indicando apenas os graus de potencialidade dessas forças.

O conceito de forças produtivas **efetivas** abrange a combinação dos elementos do processo de trabalho em permanente interação uns com os outros. A história registra casos de sociedades cujas forças produtivas chegaram a regredir e mesmo a desaparecer: é que essas forças em geral evoluem num processo não-linear, combinando desenvolvimentos quantitativos com qualitativos e continuidades com descontinuidades. O desenvolvimento quantitativo das forças produtivas realiza-se por meio de aperfeiçoamentos introduzidos nos instrumentos de trabalho ou nos processos de elaboração, sem alterar a estrutura e as relações fundamentais da produção. Como exemplos tem-se a introdução dos métodos de Taylor, que racionalizaram a divisão do trabalho, eliminando hiatos e movimentos desnecessários, e

a substituição do vapor pela energia elétrica como força motriz das máquinas (e das ferramentas mecanizadas), nas indústrias. O desenvolvimento qualitativo das forças produtivas ocorre sob a forma de saltos bruscos que alteram as relações entre os elementos do processo de trabalho e desencadeiam profundas modificações na estrutura de toda a sociedade. Exemplos característicos desse tipo de desenvolvimento são o emprego de instrumentos de metal (charruas de ponta metálica, enxadas, etc.), em consequência da difusão do uso do ferro e do cobre, e a introdução das ferramentas mecanizadas, através da utilização do vapor como força motriz.

Modo de produção

As formações sócio-econômicas diferem não só pelo que produzem, mas, sobretudo, por seu modo de produção. No “*comunismo primitivo*”, em que imperava o regime de cooperação simples (todos os trabalhadores executavam tarefas semelhantes), havia somente o trabalho necessário, inexistindo, portanto, produção de excedente consumível por não-trabalhadores. O produto social destinava-se, em sua totalidade, à reposição dos instrumentos de trabalho gastos pelo uso, à subsistência dos membros da comunidade e à formação de pequenos estoques para prevenir dificuldades futuras. A ausência de trabalho excedente e de classes sociais explica-se pelo nível extremamente baixo da produtividade.

Com a evolução gradual das forças produtivas, o tempo de trabalho necessário reduziu-se, mas a duração da jornada de trabalho manteve-se comparativamente estacionária; isso determinou a produção de um excedente econômico, que se tornou a fonte de subsistência dos não-trabalhadores. Portanto, deve-se a esse excedente o surgimento das sociedades divididas em classes, dos modos de produção antagônicos e do trabalho intelectual (ocupação de pessoas liberadas do trabalho manual).

Os modos de produção antagônicos fundamentam-se na existência de duas classes: **a dos trabalhadores não-proprietários** e **a dos não-trabalhadores** donos dos meios de produção. Esses modos de produção apresentaram especificidades através dos tempos. Nos períodos em que os instrumentos de trabalho não passavam de meros prolongamentos do corpo, o trabalhador comum podia fabricá-los sozinho e assim assegurar sua sobrevivência, sem se engajar em atividades que produzissem um excedente apropriável pelas classes dominantes. Tais condições pressupunham livre acesso aos meios naturais, tais como florestas, cursos de água, pastos e terra cultivável. Da necessidade de manter o trabalhador ligado à comunidade e produzindo para as classes dominantes é que surgiu o emprego da coerção física, exercida através da força armada do Estado - típica do modo de produção escravista -, e da coerção ideológica, que, no modo de produção feudal, assumiu caráter religioso.

CAPITALISMO

Sistema econômico que considera a liberdade de empreendimento como impulsionadora da atividade econômica necessária ao bem-estar da sociedade. Defende a propriedade privada dos meios de produção, a separação das classes sociais em assalariados e capitalistas, a liberdade de iniciativa e concorrência econômica. O capitalismo depende de um sistema financeiro eficiente para financiar a produção, e aceita as forças do mercado como reguladoras da economia.

Início do capitalismo

Muitas das instituições capitalistas - como mercado, moeda, seguro - já eram conhecidas dos povos antigos - como os gregos e os romanos. Mas o capitalismo só começa a se formar com o *mercantilismo*, sistema econômico vigente na Europa nos séculos XVI a XVIII e que favoreceu o surgimento de grandes empreendimentos comerciais, controlados e protegidos pelos Estados coloniais.

A idéia impulsionadora do capitalismo foi exposta por **Adam Smith** (1723-1790) na obra *Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações* (1776), onde afirma - se opondo ao mercantilismo - que a riqueza de uma nação não está no ouro ou na prata que acumulou, mas no trabalho do seu povo. Esta idéia central levou Smith a estudar os novos processos de produção introduzidos pela Revolução Industrial – observada primeiro na Inglaterra, depois na França, na Alemanha e nos Estados Unidos - como a mecanização e a divisão social do trabalho. Smith adotou as idéias do liberalismo – livre iniciativa (*Laissez-faire*) e mercado livre (*Free trade*) – propondo que o Estado se abstinhasse de interferir nas atividades econômicas.

A noção geral é de que o jogo entre a oferta e a procura dá como resultado o equilíbrio de interesses, compondo preços justos para os produtores e os consumidores. Com isso, os investimentos na produção seriam recompensados pelo mercado, que por sua vez seria satisfeito nas suas necessidades, criando-se uma espiral econômica de prosperidade.

No final do século XIX, as grandes cidades européias e norte-americanas concentravam enormes contingentes de trabalhadores assalariados, transferidos da agricultura para a indústria, muitos deles emigrados de outros países que não tinham iniciado o processo de industrialização. As condições de trabalho eram péssimas, com jornadas que chegavam a 15 horas diárias, sem interrupções para descanso nem férias. Contra essa situação, os trabalhadores se organizaram em associações de ajuda e formação profissional (1824), que mais tarde deram origem aos sindicatos.

Estado e mercado

Do lado do capital, a tendência era de concentração, com amplos setores econômicos controlados por um pequeno número de empresas (monopólios). A ação dos monopólios refletia-se não apenas no aumento dos preços das mercadorias para o consumidor, como no estabelecimento dos salários.

Na prática, o monopólio negava a idéia de que o mercado livre da interferência do Estado seria mais progressista. Tal situação levou à promulgação de atos legais coibindo abusos. Nos EUA, em 1887, a Suprema Corte autorizou o Estado a regulamentar as atividades econômicas naquilo em que afetassem o interesse público, e em 1890 o Congresso americano promulgou a Lei Sherman, proibindo acordos entre as empresas acerca da comercialização dos produtos.

Alguns países de regime capitalista - em especial no norte da Europa - aplicaram programas de proteção aos trabalhadores assalariados - aposentadoria, ajuda aos carentes, investimentos visando a geração de empregos. Mas até as primeiras décadas do século XX, prevaleceu a idéia de que a economia andaria melhor se o Estado se abstivesse de interferir. Apenas quando o mundo industrializado atravessou uma profunda crise de inflação acompanhada de altos índices de desemprego (nos anos 30, milhões de trabalhadores, em todo o mundo, perderam seus empregos), é que passou a ser aceita a idéia de que o Estado deveria controlar alguns componentes básicos da economia (como a moeda e a inflação) e a promover investimentos.

Foi o economista inglês John Maynard **Keynes** (1883-1946) quem melhor expôs a necessidade de intervenção do Estado na atividade econômica. A proposição central da análise econômica feita por Keynes é de que em certos momentos a economia de mercado é incapaz de absorver todos os bens produzidos: em conseqüência, os investimentos se retraem e a produção diminui, provocando mais desemprego e, com isso, nova redução do consumo e de produção, aprofundando a crise. Keynes propõe que o Estado regule o mercado, sustentando a moeda, mantendo os juros baixos e estimulando novos investimentos. Esta doutrina foi adotada por muitos países de economia capitalista no período que vai dos anos 50 até os 70. No Brasil, é a época do desenvolvimentismo de Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubistchek (1956-1961), da tentativa de planejamento econômico de João Goulart (1961-1964), e dos primeiros governos militares.

A retomada mundial do processo inflacionário e do desemprego, na década de 70, reacendeu o debate sobre o papel do Estado na economia, e nos anos 80 - a partir dos governos de Margaret Thatcher (Inglaterra, 1979-1990) e Ronald Reagan (Estados Unidos, 1980-1988) - os Estados capitalistas retomaram a política econômica abstencionista. Reduziram significativamente o papel de reguladores do mercado e promotores do bem-estar social, liberando o capital para explorar ao máximo seus investimentos, privatizando amplos setores

do investimento estatal e reduzindo os custos sociais que recaíam sobre o Estado (aposentadorias, seguro-desemprego, auxílio aos carentes, assistência médico-hospitalar).

Na última década do século, livre do enfrentamento com o socialismo comunista da União Soviética, o mundo capitalista passa por uma nova fase que se caracteriza por plena liberdade para o capital financeiro, desnacionalização da indústria, índices de desemprego crescentes coincidentes com o aumento da produção, e aumento das exigências técnico-profissionais para admissão nos postos de trabalho.

Divisão do Trabalho

“A fabricação da roupa deve ficar mais barata quando um carda, outro fia, outro tece, outro puxa, outro alinha, outro passa e empacota, do que quando todas as operações mencionadas são canhestramente executadas por uma só mão.” Quem fez esta afirmação não foi Henry Ford - que criou a linha de montagem automatizada em 1913 - mas William Petty, famoso economista do século XVII.

No século seguinte, a divisão do trabalho já era adotada nas fábricas e o aumento de produtividade obtido pela adoção do sistema tornava-se objeto de entusiasmados estudos dos economistas mais renomados. Um deles, Adam Smith, abriu seu livro *A riqueza das nações* com a seguinte afirmação: “o maior melhoramento na capacidade produtiva do trabalho (...) parece ter sido o efeito da divisão do trabalho”.

Smith chegou a esta conclusão depois de observar a fabricação de alfinetes. Segundo ele, um trabalhador encarregado pela feitura de um alfinete inteiro conseguia produzir, no máximo, 20 unidades por dia. Depois da divisão da tarefa em 18 operações distintas, cada trabalhador produzia o correspondente a 4.800 peças por dia.

Por divisão do trabalho, Smith entendia, em 1776, o mesmo que entendemos hoje: especialização. Manter o trabalhador na mesma limitada função até que se torne perito nela.

A divisão do trabalho foi sistematizada e aperfeiçoada no começo do século XX por Frederick **Taylor** e hoje, com os paradigmas de produção flexível, o sistema encontra-se em franco declínio.

Taylorismo

As enciclopédias costumam apresentar Frederick Taylor e Henry **Fayol** como os pais da Administração. Foram eles que, nas primeiras décadas do século XX, sistematizaram o modelo de administração industrial. Embora atualmente em desuso, é importante conhecer a metodologia proposta por Taylor, uma vez que seus resquícios ainda permeiam nossa maneira de conceber o trabalho.

O taylorismo é um método de racionalização do trabalho preocupado com a eficiência total e o rendimento máximo. Ao ser implementado nas fábricas, que até então adotavam a divisão do

trabalho de maneira empírica, o taylorismo provocou uma verdadeira revolução.

Para compreender seu alcance, é preciso lembrar que, em sua fase inicial, o capitalismo havia privado os trabalhadores de suas ferramentas de trabalho, mas não da capacidade de decidir como deveriam executar suas tarefas. A despeito da divisão do trabalho, eram, na realidade, os operários que detinham o conhecimento acerca daquilo que faziam. Os métodos de trabalho eram transmitidos verbalmente, de homem para homem, ou aprendidos através de observação pessoal. Jamais haviam sido codificados, analisados ou descritos sistematicamente.

De acordo com Taylor, aí residia o maior empecilho ao aumento da produtividade. “No melhor dos tipos de administração comum, os administradores reconhecem francamente que (...) os operários que encontram sob suas ordens (...) possuem este conjunto de conhecimentos tradicionais dos quais uma grande parte escapa à direção”, afirmava ele nos *Princípios de Administração Científica*. O fato de a direção desconhecer os métodos empregados, dava aos trabalhadores a oportunidade de produzir muito menos do que seriam capazes. Dizia Taylor: “a maior parte da simulação sistemática de trabalho é feita pelos homens com o objetivo deliberado de manter seus patrões na ignorância a respeito da rapidez com que o trabalho poderia ser executado”.

A solução encontrada por ele - e depois largamente adotada pelas empresas - foi a de recompilar os métodos de trabalho tradicionais, classificá-los, tabulá-los e deduzir daí suas regras, leis e fórmulas de modo a que pudessem ser controlados. Para tanto, os estudiosos do taylorismo decompunham o trabalho do operário em seus mínimos movimentos físicos. A pedra angular do sistema era o estudo do tempo e a cronometragem. Cada operação era decomposta em “tempos elementares”. Auxiliados pelo cronômetro, os estudiosos determinavam o tempo médio para cada elemento de base do trabalho. Os movimentos considerados ineficazes eram eliminados ou substituídos por outros. Ao fim de cada estudo de caso particular, obtinha-se a fórmula que determinava como todos os que executavam aquele tipo de operação deveriam trabalhar. Cada gesto era predeterminado.

Com a instauração do taylorismo nas fábricas, o operário foi transformado em uma espécie de robô. A administração taylorista decide como o empregado realizará seu trabalho, que ferramentas utilizará e em quanto tempo esse trabalho será executado. Pela primeira vez na história da humanidade, trabalhadores livres passam a realizar trabalhos totalmente mecânicos, sem nenhuma possibilidade de intervir naquilo que fazem. Até então, tal modelo de trabalho só era empregado nos sistemas escravistas

Taylorismo no terciário

Ao ser transplantado para o setor terciário, o taylorismo trouxe consigo o conceito de que produtividade se media em número de

peças. Datilógrafas, estenógrafas, todos tinham um “tempo” predeterminado para a execução de seus serviços (os famosos 180 toques por minuto da datilógrafa vêm daí). Para a formação profissional, o taylorismo trouxe o conceito de ocupação como um conjunto predeterminado de tarefas, as extintas análises ocupacionais, e a concepção de educação como adestramento. Os novos paradigmas de produção tornaram o taylorismo totalmente obsoleto. O trabalhador robotizado vem sendo substituído por robôs de verdade e microcomputadores.

SOCIALISMO

Conjunto de doutrinas políticas que pregam a transformação da sociedade visando a igualdade entre os seus membros. O termo deriva do latim socius, que significa camarada, e apareceu na França em 1832.

Os primeiros formuladores do pensamento socialista descreveram sociedades perfeitas, mas sem determinarem como seria possível chegar a tais construções sociais: ficaram conhecidos como socialistas utópicos (Saint-Simon, 1760-1825; Charles Fourier, 1772-1837; Robert Owen, 1781-1858; Louis Blanc, 1811-1882). Essas sociedades ideais tinham em comum a ausência da propriedade privada, a produção sem fins lucrativos, o ensino gratuito para todos e a igualdade de direitos políticos.

Socialismo científico

Karl **Marx** (1818-1883) e Friedrich **Engels** (1820-1895) dão origem ao socialismo científico, que se define, por oposição ao capitalismo, como uma doutrina econômica baseada na satisfação das necessidades sociais, e prevê uma sociedade sem classes a ser construída com a ascensão do proletariado ao poder.

Em 1864 é realizada a *Primeira Internacional dos Trabalhadores*, cujo programa é a tomada do poder através da ação dos partidos socialistas aliados aos sindicatos.

Em 1871, a *Comuna de Paris* fez a primeira experiência de tomada do poder pelos trabalhadores: a *Comuna* durou dois meses.

Em 1867, Marx publica **O capital**, em que estabelece os princípios do materialismo científico, concepção que dá origem ao marxismo. Após a guerra de 1914-1919, a corrente socialista revolucionária - inspirada na obra de Marx - substituiu o regime czarista vigente na Rússia por um regime socialista com economia planejada - comunismo - que impulsionou a modernização do antigo império e criou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1922), que englobou cerca de 100 nacionalidades na Europa central e na Ásia. A União Soviética foi elevada rapidamente à categoria de potência mundial.

Após a grande guerra que terminou em 1945, o comunismo era o regime político e econômico da maior parte da população da terra, abrangendo especialmente os países que não tinham participado da Revolução industrial do século XIX.

Durante os anos 80, a União Soviética sofreu uma série de crises políticas e econômicas e, em 1991, foi desfeita. Diversas repúblicas declararam a independência e adotaram regimes econômicos capitalistas.

Outras correntes socialistas não-revolucionárias realizaram reformas sociais, especialmente na Europa, adotando medidas de proteção e apoio aos trabalhadores, como aposentadoria, salário-desemprego e auxílio natalidade.

Comunismo

Termo surgido por volta de 1840, designando a doutrina política e econômica que propõe a eliminação da propriedade privada para estabelecer a posse em comum dos bens. Segundo Karl Marx, o comunismo é o estado final da evolução histórica no qual os meios de produção e os bens de consumo serão propriedade de todos os cidadãos. Os países que adotaram o comunismo, como a União Soviética e a China, adotaram formas político-econômicas de transição, ficando os meios de produção e os bens de consumo sob a gerência do Estado.

Marxismo

Doutrina filosófica, econômica, política e social formulada pelos filósofos alemães Karl **Marx** e Friedrich **Engels** entre 1848 e 1867 .

Tem como fontes principais o idealismo de Friedrich **Hegel** (1770-1831), o materialismo filosófico francês do século XVIII e a economia política inglesa do começo do século XIX.

Segundo o marxismo, a característica central de qualquer sociedade está no modo de produção (escravista, feudal ou capitalista), que varia com a história e determina as relações sociais.

Com o processo produtivo, os homens criam as próprias condições de sua existência. A história seria, então, o resultado das lutas entre os interesses das diferentes classes sociais. Esse conflito só desapareceria com a instalação da sociedade comunista, concebida como igualitária e justa.

Estado, direito, religião, família, moral, ciência e arte, na conceituação marxista, são apenas superestruturas que refletem a base econômica da sociedade e contribuem para manter o domínio da classe dominante sobre a classe dominada.

Na sociedade comunista o Estado é abolido, não há divisão social nem exploração do trabalho humano, e cada indivíduo contribui de acordo com sua capacidade e recebe segundo sua necessidade.

O capital

Na sua principal obra, *O Capital* - crítica da economia política, escrita junto com Friedrich Engels e publicada entre 1858 e 1894, Marx analisa a formação do preço das mercadorias, estabelecendo a existência de dois valores: *de uso* e *de troca*. Segundo ele, o valor de uso foi apagado pelo valor de troca, devido a dois fatores históricos que mudaram o significado original desses valores.

O primeiro seria a confusão entre a utilidade e a necessidade (valor de uso) de uma mercadoria e o preço (valor de troca) em relação ao ouro e à moeda (abstração da mercadoria). O segundo seria a propaganda, que reforça ou cria um novo valor de uso.

O manifesto comunista

O outro aspecto do marxismo é a metodologia de transformação, que está na origem do comunismo dos séculos XIX e XX com experiências revolucionárias em diversas partes do mundo, além de promover reformas próprias do socialismo em regimes capitalistas.

Marx aponta a contradição entre os interesses dos capitalistas (burguesia) e dos trabalhadores (operariado) como fonte de transformação da estrutura social, através do novo homem (*Manifesto comunista*, 1848) que surgiria após a implantação de uma sociedade sem propriedade privada dos meios de produção e sem divisão de classes

Para o marxismo, o capitalismo é um sistema no qual a burguesia concentra o capital e os meios de produção (instalação, máquina e matéria-prima) e explora o trabalho do proletariado, mantendo-o numa situação de pobreza e alienação.

Por estar baseado nessa característica contraditória, a de explorar seu próprio alicerce - a classe trabalhadora -, o sistema prepara o caminho para sua própria destruição.

O capitalismo levaria a luta de classes a um ponto crítico, em que o proletariado, privado de sua liberdade por meio da contínua exploração, acabaria por se unir. A derrota da burguesia coincidiria com a instalação do comunismo.

Trabalho alienado

No regime capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas retirou do trabalhador o papel principal no processo de produção, atribuindo-o aparentemente à máquina, que surge como uma entidade independente suscetível de ser operada por qualquer trabalhador (habilidade e força deixam de ser fatores determinantes). Nessas condições, a coação política ou ideológica perde sua importância fundamental, pois o trabalhador, não mais podendo produzir isoladamente, dado o alto custo dos meios de produção industrial, é,

compulsoriamente levado a vender sua força de trabalho, a fim de garantir a própria subsistência.

A fábrica moderna, com suas linhas de produção altamente mecanizadas, agravou essa situação: ela surge como uma estrutura concreta independente, disposta a receber qualquer trabalhador e que define uniformemente as operações necessárias ao próprio processo produtivo, sem levar em conta as qualidades pessoais dos trabalhadores.

Mesmo que essa “auto-suficiência” tenha limites, fica praticamente afastada a possibilidade (que existia no artesanato) de o homem se reconhecer no produto de seu trabalho.

O sistema altamente hierarquizado e burocratizado da fábrica moderna e o desenvolvimento da especialização às últimas conseqüências condenam o trabalhador a perder-se e despersonalizar-se em meio a grandes massas de empregados.

Na maior parte das vezes, só um reduzidíssimo grupo de funcionários – geralmente os que exercem funções de cúpula, de supervisão geral – entende o processo de produção em sua totalidade. A grande maioria, permanentemente absorvida por tarefas minúsculas e repetitivas, nem mesmo é capaz de avaliar a utilidade real do trabalho que realiza, porque não tem uma visão do processo global. Estando o homem condenado dessa maneira a um distanciamento permanente em relação ao produto de seu trabalho, sua possibilidade de progredir por meios próprios é reduzida e a consciência de sua relativa “incapacidade” pode avolumar-se, inibindo uma tentativa de libertar-se dessa condição.

Essa subordinação do homem à máquina e a complexas organizações produtivas tende a aumentar com os progressos da automação. Mas a evolução tecnológica, que atingiu níveis impressionantes na segunda metade do século XX e é acompanhada de um significativo acréscimo da produtividade, também permite acreditar na possibilidade de uma superação da escassez. Tudo pode depender da capacidade que tenham as sociedades de colocar o desenvolvimento tecnológico a serviço da libertação do homem em relação ao trabalho obrigado, por um controle racional e planejado do desenvolvimento das forças produtivas.

Os trabalhadores

A força de trabalho de um país é constituída pela parte da população apta a participar do processo de produção social.

De modo geral, acham-se em condições de participar da divisão social de trabalho todas as pessoas não incapacitadas por motivos de idade, de saúde ou sociais. Também estão excluídos da força de trabalho aqueles cujos meios de subsistência não provêm de sua atividade e que, ao mesmo tempo, não desejam exercê-la. Existem, ainda, pessoas ocupadas em atividades não sociais (individuais), como as donas-de-casa e os serviçais domésticos (cozinheiros, motoristas,

jardineiros, etc.), cuja produção; consumida exclusivamente no círculo familiar, nada acrescenta ao produto social. Mas alguns serviços da mesma espécie prestados fora do âmbito doméstico – o do motorista de ônibus, por exemplo – enquadram-se na divisão social de trabalho. Isso porque é difícil estabelecer uma linha divisória entre os serviços que o consumidor compra no mercado e os que ele presta a si mesmo, diretamente ou pagando a terceiros. Teoricamente, apenas os primeiros contribuem para o produto social.

A força de trabalho reflete a potencialidade produtiva de uma sociedade, e uma comparação entre ela e a parcela da população ocupada demonstra a intensidade com que se realiza essa potencialidade. No entanto, a determinação da parte da população ocupada esbarra em uma série de dificuldades, a maior das quais é a definição do grau mínimo de participação no processo produtivo necessário para classificar alguém como ocupado. Em termos teóricos, o subocupado não é o que trabalha menos que uma jornada completa, mas aquele que está em condições de trabalhar por um período maior. Não são subocupadas as pessoas que dedicam parte de seu tempo a atividades individuais (estudos, afazeres domésticos, etc.), mas trabalham no tempo restante.

Educação e Trabalho

Durante muito tempo a humanidade conviveu com a separação dos mundos do saber e do fazer. “Quem pertencia ao primeiro estava dispensado do segundo; quem pertencia ao segundo estava excluído do primeiro”, observou Boaventura de Sousa Santos em *Pela mão de Alice* (Cortez, 1995).

Com o desenvolvimento do capitalismo, a educação deixa de ser vista apenas como transmissão da alta cultura e preparo dos “condutores” da sociedade para incluir o ensino de conhecimentos utilitários e de aptidões técnicas especializadas, voltados para a produção. É assim que surge a idéia de educação para o trabalho. Paralelamente o “trabalho”, que era considerado como o produto do emprego da força física, passa a abranger também atividades intelectuais, dividindo-se entre o trabalho qualificado - resultante de uma formação profissional - e o não-qualificado.

Mais recentemente, porém, a seqüência **educação-trabalho** começa a ser questionada, na medida em que a formação e o desempenho profissionais tendem a se dar simultaneamente, não raras vezes no próprio ambiente da produção.

A escola deve acompanhar os avanços teóricos decorrentes das mudanças que se operam no âmbito do pensamento educacional e da própria conjuntura econômica. Essa busca manifesta-se na difusão de uma concepção de formação profissional mais crítica e sintonizada com as exigências criadas pela modernização do setor produtivo.

Compreender criticamente a educação implica reconhecê-la como uma prática inscrita e determinada pela sociedade e entender que,

embora condicionada, a educação pode contribuir para transformar as relações sociais, econômicas e políticas, na medida em que conseguir assegurar a todos um ensino de qualidade, comprometido com a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

A concepção crítica da educação tem seus desdobramentos no âmbito da compreensão da relação **educação-trabalho**. Ao contrário do enfoque economicista, há nessa abordagem a percepção clara de que a educação não é fator determinante do desenvolvimento, embora constitua uma prática capaz de mediar transformações na esfera das relações socioeconômicas.

A idéia de que uma formação sólida e abrangente provoca alteração qualitativa na compreensão da prática social e cria maiores possibilidades de intervenção na realidade leva à conclusão de que a educação, mesmo determinada por fatores de ordem econômica, pode contribuir para a modificação das relações que permeiam o mundo do trabalho.

Tecnicismo

Essa concepção pedagógica, largamente explorada pelo setor produtivo, independente de ideologias, atribui à escola a responsabilidade pela promoção de competências e superação das desigualdades sociais, através da transmissão eficiente de informações objetivas, precisas e rápidas.

Nessa perspectiva, a *eficácia* e a *eficiência* do processo educativo seriam garantidas pela organização racional dos meios e procedimentos do ensino.

A definição operacional dos objetivos, a eliminação da subjetividade dos conteúdos transmitidos e o controle dos comportamentos aprendidos constituem as bases dessa concepção pedagógica, fortemente baseada na psicologia científica (comportamentalismo).

A pedagogia tecnicista é inspirada no modelo fabril de eficiência, tal como concebido pelo taylorismo e por Henry Fayol. O que importa é *aprender a fazer* de acordo com modelos previamente programados, e não *aprender a pensar*.

Essa pedagogia advoga a separação entre a concepção e a execução do processo educativo – os professores tornam-se executores de um trabalho concebido e planejado isoladamente pelos técnicos, perdendo o controle de seu próprio processo de trabalho. Isto se expressa em todos os níveis da atividade docente, desde a relação professor-aluno, as metodologias de ensino, até a estruturação dos livros didáticos em propostas fechadas e dirigidas.

A introdução da pedagogia tecnicista no sistema de ensino brasileiro encontrou respaldo na “*teoria do capital humano*”, que propunha para a educação um papel decisivo na promoção do desenvolvimento econômico do país. Acreditava-se que os investimentos em educação – no fator humano – teriam,

necessariamente, como contrapartida maior produtividade e, em consequência, maior renda.

Essa associação linear entre investimentos em qualificação de mão-de-obra e aumento da renda nacional reduziu a educação a treinamento e justificou grande parte da política educacional da década de 70, bem como a ampliação da educação das instituições de formação profissional.

Apoiadas nos pressupostos da pedagogia tecnicista, as instituições de formação profissional, expandiram suas ações de acordo com as necessidades do modelo taylorista de produção então vigente. Buscou-se organizar racionalmente os meios, de modo a preparar, de forma mais eficiente possível, para o posto de trabalho. Dividiu-se o processo de trabalho educativo para que profissionais com atuação no mercado pudessem executar ações docentes concebidas e controladas por técnicos.

Planejou-se o ensino para que os conteúdos, definidos em função de análises ocupacionais, reproduzissem de modo eficaz as várias etapas do processo de trabalho. Formularam-se estratégias de ensino para que o indivíduo, sendo capaz de reproduzir passos, tarefas e operações específicas de uma ocupação, pudesse ingressar rapidamente no mercado de trabalho.

Formação polivalente

Sabemos também que a formação polivalente pressupõe uma ampla base de educação geral e requer uma nova relação entre professor e aluno, através da adoção de uma pedagogia crítica, que privilegie a construção do conhecimento. A proposta prevê, também, a ênfase na dimensão humana, crítica e criativa do trabalho, de forma a possibilitar a intervenção consciente do trabalhador no processo produtivo, fortalecendo o exercício da cidadania.

Por isso que a apropriação da idéia de polivalência implica, necessariamente, a revisão da prática pedagógica da maioria das escolas, fortemente influenciadas pela *pedagogia tecnicista*, na direção de uma concepção mais crítica das relações existentes entre educação, sociedade e trabalho. A proposta pressupõe o desenvolvimento de conhecimentos e competências profissionais duráveis, mais do que a aprendizagem ativa e reflexiva de conteúdos significativos. Supõe ainda que os indivíduos, em face das transformações rápidas do mundo do trabalho, tenham assegurada a possibilidade de organizar seus próprios processos de reconversão ou requalificação:

É certo que não há “modelo” de atuação político-institucional que garanta a integração e interação das partes envolvidas no avanço científico e tecnológico de nosso País. Entretanto, não se pode deixar de buscar propostas concretas que possibilitem uma maior aproximação das relações entre esses avanços e o trabalhador. Na realidade, este é convocado cada vez mais a participar dos processos de mudança enquanto ator, agente de

inovação e parte negociante, que enfrenta a realidade permanente de qualificação (Proposta de Criação da Universidade Tecnológica do Paraná, p. 6).

Do ponto de vista da aprendizagem, isso significa o aperfeiçoamento de processos visando ao “*aprender a aprender*”, isto é, ao desenvolvimento das estratégias de metacognição. O ensino com pesquisa, fundamentado no *aprender a aprender*, vem caracterizado o trabalho pedagógico das mais diversas instituições de ensino, neste final e início de século.

Além disso, a formação polivalente propõe preparar profissionais com senso de responsabilidade e de cooperação, o que implica a adoção de trabalhos em equipe e de dinâmicas de grupo como procedimentos favoráveis ao desenvolvimento das capacidades sócio-comunicativas necessárias aos processos interativos de ajuda mútua, à reflexão coletiva e à autonomia de decisões.

As escolas deveriam atribuir à formação profissional o duplo e indissociável papel de propiciar aos alunos a garantia do exercício eficiente das suas atividades no mercado de trabalho simultaneamente à sua formação integral, que inclui conhecimentos suficientes para o desenvolvimento de competências específicas da função visada, hábitos, atitudes e valores éticos. Essa linha de ação segue a ênfase dada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) à integração gradual e contínua de habilidades técnicas, conhecimentos gerais e especializados ao processo de educação permanente, de modo a estimular o indivíduo a complementar sua preparação básica ao longo da vida.

Portanto, esse atual enfoque diferencia-se radicalmente da velha idéia de adestramento ou mesmo do que ainda se entende como mero treinamento de funções codificadas, privilegiando, ao mesmo tempo, a qualificação para o exercício profissional e a capacitação para a vivência integral do mundo do trabalho em contínua mutação.

A formação profissional também não deve visar apenas os chamados *empregos fixos*, cada vez mais raros. A tendência para a terceirização de diversas atividades – tanto na indústria como no comércio e serviços – reduz os postos de trabalho regulares, o que implica em muitos casos o esforço do profissional para gerar renda própria mediante atividades autônomas.

Na contramão do taylorismo, o paradigma flexível de produção reunifica tarefas antes fragmentadas em diversas funções, passando a exigir do trabalhador capacidade de generalização e de autogerenciamento vistas como condições para a máxima produtividade.

A crescente integração e interpenetração dos setores secundário e terciário, aguçada pelo fenômeno da terceirização, dá novo sentido às atividades da escola que passa a ocupar-se, nos currículos de seus cursos, da direção, administração de pessoal, manutenção, controle de estoque, planejamento, projetos, etc. e reorienta os cargos e ocupações de prestação de serviços.

Essa reestruturação do mercado de trabalho, com a proliferação de microempresas de um só profissional, exige uma qualificação mais específica ainda, já que o trabalhador terá que ter maior eficácia no autogerenciamento para conquistar clientes e preservar seu espaço de trabalho. Nesse contexto, formam-se redes de profissionais de diferentes especialidades que se tornam fornecedores de produtos e serviços, e entre esses e as empresas e/ou consumidores finais que constituem a sua clientela, configurando um mercado de trabalho não-convencional: cada vez mais pessoas trabalham sem carteira assinada e sem o amparo da legislação trabalhista.

Atento a essas mudanças e ciente dos riscos da extinção de inúmeros postos de trabalho, as instituições educacionais buscam investir no que surge como promissor nas novas relações de trabalho, ao mesmo tempo em que procuram formar profissionais mais aptos a enfrentar as próprias contradições do modelo.

Daí, a formação profissional precisa se dedicar a um duplo papel: a qualificação dos trabalhadores, levando em conta as exigências e as transformações rápidas do mercado, e a educação para a cidadania, levando em conta as exigências da sociedade.

LIBERALISMO

Na sua origem, o liberalismo é uma doutrina política e econômica que se desenvolveu na Europa, entre os séculos XVI e XVIII. Era o momento histórico da consolidação dos Estados nacionais e os liberais tiveram papel de destaque nas reformas e revoluções que sacudiram o mundo nesse período derrubando monarquias, afastando os aristocratas do poder e tirando da Igreja muitas de suas prerrogativas políticas, como a ingerência direta nas decisões do Estado.

A revolução liberal

Para que se compreenda o que significou o surgimento do pensamento liberal, é preciso lembrar como era o mundo que conhecia ali seu ocaso. Declinava a ordem feudal medieval, e com ela o pensamento vigente de que Deus e a nobreza eram o centro de toda a ordem social. A nova ordem liberal provocou uma verdadeira revolução ao levar para a política a idéia de que o ser humano é o centro de todas as coisas. Conseqüentemente, só o ser humano poderia aperfeiçoar a si e a sociedade através de ações sistemáticas e racionais.

Os liberais lutaram para implantar governos constitucionais e parlamentares, separados do clero e da monarquia. Seus ideais alimentaram a Revolução Francesa, a Reforma pombalina em Portugal, os republicanos e abolicionistas brasileiros, e os movimentos de unificação da Alemanha no século XIX.

Liberalismo econômico

Oportunidades iguais para todos e liberdade frente ao poder do Estado são algumas das bandeiras do liberalismo político que nem sempre encontram boa tradução no liberalismo econômico. Este defende firmemente a não-intervenção do Estado na economia, creditando às leis do mercado a capacidade de gerar e distribuir riqueza.

No século XX, o pensamento político e econômico liberal foi confrontado com organizações sociais cada vez mais complexas, que pediam respostas nem sempre encontráveis no seu ideário tradicional. Alguns liberais começaram a acalentar a idéia de que cabia ao governo promover o bem-estar de sua população, garantindo assim a dignidade e liberdade individuais, o que era incompatível com o pensamento liberal tradicional, que rezava que isso era atribuição do livre-mercado.

Dessa dissidência, mais preocupada com os aspectos políticos do liberalismo (direitos humanos, liberdade individual, etc.), saíram os

adeptos do Estado do bem-estar social. Muitos de seus seguidores aderiram ao socialismo, embora não fossem comunistas.

Foi essa corrente que originou os atuais partidos: o Democrata norte-americano e Trabalhista inglês e a maior parte do que hoje se entende por social-democracia.

Outros, ao serem confrontados com as contradições entre o pensamento político e econômico do liberalismo clássico, optaram pela segunda via, reafirmando a prioridade do mercado sobre toda organização social. Estes são hoje conhecidos como adeptos do neoliberalismo e se encontram nos partidos conservadores, no partido Republicano norte-americano e nos diversos partidos liberais espalhados pelo mundo.

Estado de Bem-estar social

Por volta de 1950, os efeitos do liberalismo econômico eram bem claros para todos. Estava evidente que a lei do mercado só era capaz de assegurar o bem-estar daqueles que já o tinham de sobra e que não se podia deixar apenas aos sabores do mercado o desenvolvimento do Estado.

Nesse cenário, políticos liberais ingleses e norte-americanos (sobretudo o presidente norte-americano Franklin Roosevelt) passaram a aceitar a intervenção estatal como forma de superar injustiças sociais e promover o desenvolvimento.

O Estado do bem-estar social combina liberalismo político com intervenção estatal na economia e cria a maior parte dos mecanismos de proteção dos trabalhadores que hoje os neo-liberais combatem: *previdência social, sistemas de saúde, licença-maternidade, seguro-desemprego, férias remuneradas, décimo-terceiro salário, etc.*

Neoliberalismo

Em 1938, as limitações do liberalismo clássico já estavam claras mesmo para seus mais ardorosos defensores. O sistema era incapaz de se autodisciplinar e a corrida ao lucro não garantia a estabilização financeira e monetária necessária para que o próprio lucro continuasse a existir. Nesse ano, intelectuais liberais promoveram, na França, o Colóquio Walter Lippmann, onde foram lançadas as bases do neoliberalismo.

De acordo com os neo-liberais, o papel do Estado se limita a promover a estabilização financeira e monetária, garantir a lei comum e incentivar a sociedade civil a encontrar soluções para seus problemas, sem se envolver diretamente com eles - o que significa não gastar dinheiro com eles. O Estado deve manter o equilíbrio dos preços, combater os excessos da livre concorrência e o controle do mercado pelos grandes monopólios.

Um dos instrumentos para disciplinar a economia é a criação de mercados concorrenciais através dos blocos econômicos.

O Estado não deve desempenhar funções assistencialistas, pois é a sociedade civil que deve buscar novas formas de resolver seus problemas; ao Estado cabe a tarefa de incentivar as iniciativas da sociedade civil.

GLOBALIZAÇÃO

Não há uma data que se possa apontar como a do início da globalização. Não há um dia, um mês, um ano, nem sequer uma década. A globalização é um processo, um conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial cujos sintomas se fizeram sentir mais fortemente na última década, mas que a precede em muito.

O mundo integrado

Em termos gerais, pode-se descrever a globalização como a integração dos mercados sob o controle das grandes empresas transnacionais.

Os Estados nacionais acabam com as barreiras tarifárias que protegem suas indústrias da concorrência externa, abrem-se ao comércio e aos capitais internacionais. As grandes corporações transnacionais pulverizam sua produção.

Auxiliadas pela facilidade de transportes e comunicações, as empresas buscam mão-de-obra e matérias-primas onde elas são mais baratas, transferindo empregos para os países onde salários são baixos, a legislação trabalhista é frouxa e os incentivos fiscais são abundantes. Isso provoca ondas de desemprego nos países ricos, onde os trabalhadores ganham salários melhores e a legislação trabalhista lhes garante benefícios e segurança.

Desemprego

Para se ter uma idéia da situação, entre 1973 a 1994 nenhum novo emprego líquido foi criado na Europa ocidental, onde calcula-se que o desemprego já atinja 20% da população. Como as grandes empresas empregadoras não estão mais fixadas a nenhum lugar em particular, para atraí-las, os países reduzem salários e benefícios trabalhistas.

Nos Estados Unidos, embora o produto nacional bruto *per capita* tenha crescido 36% entre 1973 e 1995, os salários dos trabalhadores que não possuem cargos de chefia, caíram 14%.

Alguns analistas consideram essa situação benéfica para alguns países periféricos, particularmente aqueles cujo nível de escolaridade não é muito baixo, como os chamados Tigres Asiáticos. Como os salários nesses países já eram muito menores do que os praticados na Europa e EUA, e os direitos trabalhistas também eram muito menos sólidos, a tendência seria atrair as grandes empresas transnacionais e, assim, evitar o desemprego que assola os países do Primeiro Mundo. Essa tendência vem se confirmando.

Na prática, cria novos postos de trabalho, embora as condições gerais dos trabalhadores venham se degradando aceleradamente.

Globalização da informação

No mundo globalizado, as grandes corporações transnacionais exercem um papel decisivo na economia mundial, enfraquecendo o papel dos Estados nacionais. De acordo com pesquisa do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de São Paulo, em 1994, as dez maiores empresas do mundo obtiveram um faturamento equivalente à soma dos PIBs do Brasil, México, Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai, Venezuela e Nova Zelândia.

Para que tal desempenho seja possível, as empresas contam com as tecnologias da informação para agilizar o comércio e as transações financeiras entre os países. Calcula-se que 90 milhões de pessoas estejam ligadas à Internet no mundo inteiro e este número tende a dobrar a cada ano. O uso intenso dos satélites permite que gente de todo o mundo tenha acesso a informações no momento em que são divulgadas através das redes de notícias.

Telefones, computadores e televisão são as peças-chave da integração das comunicações no mundo globalizado. Se isso se traduz em informação, diversão e arte para milhões de pessoas, para as empresas significa maximização dos lucros. E não apenas para os gigantes das telecomunicações. Foi a grande teia de informações que envolve o mundo quem permitiu o aumento explosivo do capital financeiro.

Capital financeiro

A riqueza acumulada é aplicada em complexas transações financeiras nos mercados internacionais. Nos anos 70, os mercados de capitais globalizados movimentavam cerca de US\$ 100 milhões por dia. Nos anos 90, essa quantia pulou para US\$ 1 trilhão, quantia superior à soma de todas as reservas de todos os Bancos Centrais do mundo. Não há Estado nacional que resista a isso, que o digam o México, Tailândia e outros países cujas economias se viram tragadas pela roleta financeira internacional.

Para que se tenha uma idéia do poder que os grandes grupos financeiros e transnacionais exercem sobre os estados nacionais, basta citar o exemplo da desestabilização das moedas do sudeste asiático, em 1997. Quando isso aconteceu, o primeiro-ministro da Malásia foi aos jornais acusar o especulador George Soros de ter provocado a crise financeira asiática como retaliação contra a entrada de Burma na associação dos Países do Sudeste da Ásia.

Não importa se isso é ou não verdade. O simples fato de que seja possível que um especulador desestabilize a economia de diversos países por discordar de sua política externa - ou interna - já dá a

medida da fragilidade dos governos diante do poder dos grandes grupos.

Como o volátil capital transnacional não produz empregos, não tem pátria e não está sujeito a controle, ele também não se traduz em impostos que financiem as iniciativas governamentais, particularmente no que se refere ao desenvolvimento social.

Atualmente, mesmo alguns grandes especuladores internacionais admitem a necessidade da criação de mecanismos de controle para a atuação do capital transnacional e de taxações sobre as movimentações financeiras. Uma das propostas mais consistentes é a da criação da Tobin tax, um imposto internacional sobre os lucros financeiros, que teria a finalidade de custear o desenvolvimento.

CIDADANIA E TRABALHO

Depois de tudo o que foi estudado sobre o trabalho e sistemas políticos, cabe-nos perguntar: A quem interessa a formação do homem cidadão? Ou melhor, do *profissional-cidadão*?

Ora, dentro dessa abordagem mais humanística da educação e menos tecnicista adotada por muitas escolas e empresas de formação profissional, nos deparamos com a existência de um quadro maior: a própria civilização industrializada que leva as empresas a uma preocupação confinada à sua sobrevivência financeira e à necessidade de maior eficiência para o alcance dos *lucros garantidos*. Assim, todos os métodos convergem para a eficiência e não para a cooperação humana e, muito menos, para objetivos humanos. Daí o conflito social, as vezes incompatível entre os *objetivos organizacionais* da empresa e os *objetivos pessoais* dos seus empregados que merecem um tratamento profilático e preventivo (Chiavenato, 1997: 147). Torna-se, então, indispensável conciliar e harmonizar as duas funções básicas da organização industrial: a função econômica (produzir bens e serviços para garantir o equilíbrio externo) e a função social (distribuir satisfações entre os participantes para garantir o equilíbrio interno).

Desde a depressão dos anos 30, as práticas dos negócios vêm sendo cada vez mais esmiuçadas. Hoje em dia, a maior parte das pessoas crê que os administradores têm responsabilidades tanto para com a sociedade quanto para com seus empregados.

A afirmação clássica da responsabilidade social corporativa foi criada por Andrew Carnegie em seu livro *O Evangelho da Riqueza* (1899). O “evangelho” de Carnegie baseava-se no princípio da caridade, isto é, os membros ricos da sociedade são obrigados a ajudar os menos favorecidos, e no princípio da custódia, isto é, os ricos são guardiães da riqueza e da propriedade pública. Carnegie era um grande filantropo, e sua filosofia inspirou uma preocupação com a responsabilidade social da empresa entre as décadas de 1930 e 1960. No entanto, Carnegie preservava o *status quo* e protegia as empresas de outras formas de pressão, e que a expressão *responsabilidade social* era tão vaga que deixava muita coisa por conta do discernimento individual (Stoner e Freeman: 1985: 72).

Nos anos 60, o economista Milton Friedman afirmou que a única responsabilidade social das empresas era maximizar os lucros, dentro dos limites da lei, conforme já estudamos. A contribuição dada pelas empresas ao bem-estar geral deveria ser a produção eficiente de bens e serviços. Os problemas sociais deveriam ser deixados para indivíduos afetados e para os órgãos governamentais.

Já na década de 1950, mas especialmente na de 60, outros críticos começaram a atacar as deficiências da responsabilidade social das empresas, e a defender sua substituição pelo conceito de

reatividade¹² social das empresas. No nível micro de análise, isso significava tentar mostrar a cada empresa como ser mais reativa socialmente. A análise no nível macro presumia que a regulamentação, por parte do governo e a opinião pública, afetava as decisões das empresas, que deviam ser tomadas tendo em mente essas considerações.

Mas os modelos de reatividade social não proporcionavam orientações práticas para escolher *um valor e não outro* (Stoner e Freeman, 1985: 74). Essa deficiência, juntamente com a preocupação pública com a “crise ética”, apressou os estudiosos da administração a se concentrar na ética dos negócios, no estudo de como as decisões de negócios afetariam os outros. A maior parte das questões éticas ocorrem em um dos seguintes quatro níveis: da sociedade; dos fornecedores, consumidores, acionistas, mídia, sindicatos, governo, etc (grupos que têm impacto direto sobre as atividades das organizações); das políticas internas e do nível pessoal.

As empresas, segundo Stoner e Freeman (1985: 64), devem equilibrar os interesses dos níveis para o bem da organização como um todo. Podem usar a rede de relacionamento entre os mesmos e a organização, objetivando influenciá-los individualmente. De sua parte, esses grupos podem se unir em coalizões para exercer influência sobre a organização, alguns até mesmo com interesses conflitantes.

O componente de ação indireta do meio ambiente consiste em variáveis sociais, econômicas, políticas e tecnológicas que influenciam indiretamente a empresa. Essas variáveis criam um clima ao qual a organização empresarial deve se ajustar, e têm o potencial de entrar no ambiente de ação direta. Variáveis demográficas e de estilo de vida moldam o suprimento de mão-de-obra e a base de consumidores de uma empresa, e as mudanças nos valores estão no âmago de todas as outras mudanças sociais, econômicas, políticas e tecnológicas. Há necessidade, então, de empresas ajustarem-se a elas e como os avanços tecnológicos nas comunicações e nos transportes tornaram o ambiente internacional cada vez mais importante, estes fatos aumentaram a complexidade dos componentes da ação direta e de ação indireta do meio ambiente, o qual determina tanto a quantidade de incertezas que uma empresa enfrenta como quão dependente ela é de outros para a obtenção de recursos vitais.

Essas relações todas levam as empresas, forçosamente, a dedicarem-se ao raciocínio ético, pois precisam compreender a linguagem ética, inclusive termos como *valores, direitos e deveres, regras morais e relacionamentos* nos mais diferentes grupos. Também devem entender os ditames básicos da moralidade comum, desde o cumprimento das promessas até o respeito pela propriedade. Além disso, precisam também compreender a distinção entre a perspectiva

¹² *Reatividade social das empresas*: uma teoria da responsabilidade social que se concentra no modo como as empresas respondem a questões, ao invés de tentar determinar sua responsabilidade social final.

de justiça, geralmente usada pelos homens, e a perspectiva do envolvimento, que as mulheres normalmente usam ao tomar decisões.

Para aplicar a ética, os administradores devem avaliar suas opiniões em relação aos efeitos sobre diferentes grupos de pessoas externas que se relacionam com a empresa. Para simplificar a tomada de decisão ética, os administradores também podem institucionalizar a ética, criando códigos de conduta e comitês de ética, ou realizando programas de treinamento em ética e auditorias sociais.

Os administradores também devem ter consciência das tentações do relativismo ingênuo – a idéia de os seres humanos serem em si o padrão pelo qual devem ser julgados – e do relativismo cultural – a idéia de que a moralidade é relativa a uma cultura particular, e evitar ambas. A principal contribuição do relativismo para o debate sobre ética nos negócios é lembrar-nos da interação entre os indivíduos e a comunidade – um requisito básico para o pensamento ético.

Daí que não se pode dissociar cidadania de ética, pois trata-se de atitudes que pressupõem deveres e direitos a todos. Um direito é algo que dá a uma pessoa o “espaço” no qual vai agir. Em termos mais formais podemos chamar esse espaço de “esfera da autonomia” da pessoa ou, mais simplesmente, de sua liberdade. Além disso, os direitos são relacionados a deveres. Sempre que uma pessoa tiver um direito, outra terá o dever de respeitá-lo. Um dever é uma obrigação de fazer coisas específicas, como, por exemplo, pagar impostos, obedecer a leis, etc. Para isso há a necessidade de normas sem as quais não há atitude cidadã e, conseqüentemente, também ética.

O profissional, como qualquer cidadão, deve estar preso a regras morais (nos guiam através de situações conflitantes); ao relacionamento (todo ser humano está ligado a outros numa teia de relacionamentos); à moralidade comum (entendida como um conjunto de regras que governam determinado grupo social); a problemas éticos comuns (cumprimento de promessas, não prejudicar os outros, ajuda mútua, respeito pelas pessoas, respeito pela propriedade, etc...).

No entanto, para Buffa, Arroyo e Nosella (1996: 58-59), a “prática educativa moderna reflete uma concepção do convívio social” romântica e positivista, tanto que a relação educação-cidadania se reflete

na igualdade moral de todos, igualdade mais de deveres do que de direitos. O indivíduo é visto como parte de um todo moral no qual deve ser inserido. A cidadania é vista como aceitação da obrigação moral para o convívio harmônico com seus semelhantes. Educar para a cidadania se reduz a cultivar o senso do valor moral em cada indivíduo, na criança e nos jovens, sobretudo. Essa concepção de cidadania é, na realidade, a sua negação (...), pois o que deve ser ensinado não é o uso esclarecido da liberdade dos direitos, mas a prática das obrigações, dos deveres, para o respeito à ordem.

E mais adiante, os autores insistem em sua argumentação afirmando que “quando se proclama a necessidade da educação para a

cidadania, o discurso de conservadores, liberais e progressistas exclui sempre as elites e as camadas médias”, pois, infelizmente

o pensamento pedagógico (...) não entende que a questão da cidadania se insere em uma temática mais conflitiva, qual seja, a temática da possibilidade ou não da democracia, da participação no poder e da igualdade política numa sociedade capitalista, baseada na desigualdade social e econômica (Idem, p. 61-62).

Daí que, se a escola insistir nesta linha de que cidadania é obrigação moral, sua prática pedagógica estará apenas perpetuando o ideal burguês sem romper “com a tradição que concebe a sociedade como uma ordem moral dada, cuja cooperação a manterá intacta. Cooperação, é claro, dos cidadãos educados e que “são de segunda categoria”.

Para Demo (1996a) a educação deve possibilitar condições de criação do conhecimento, contribuindo assim para a formação de indivíduos sujeitos e não sujeitados, pessoas capazes de refletir, de transformar, de situar-se dentro deste conjunto antagônico de direitos e deveres, de possuidores e possuídos, de dominantes e dominados que estruturam e, portanto, sustentam nossa sociedade como um todo.

Acreditando na força que possui um povo educado para a cidadania, consciente de seu poder de transformação, com ideais políticos e posição ideológica calcados em princípios históricos e sociais, Demo discorre como a escola acaba perdendo sua função de promover conhecimento e contribuindo para imbecilizar o indivíduo. Observe-se o que diz Demo (1996a: 32) sobre o cidadão que se deve formar:

A sociedade moderna, todavia, exige um cidadão capaz de estar a sua frente, comandando o processo exponencial de inovação, não correndo atrás, como se fosse sucata. Enfrentar desafios novos, avaliar os contextos sócio-históricos, filtrar informação, manter-se permanentemente em processo de formação são responsabilidades inalienáveis para quem procura ser um sujeito de sua própria história, não massa de manobra para sustentar privilégios alheios.

Entendemos que cidadania enfeixa uma série de direitos, deveres e atitudes relativos ao cidadão. Aquele indivíduo que estabeleceu um contrato com seus iguais para a utilização de serviços em troca de pagamento (taxas e impostos, por exemplo) e de sua participação, ativa ou passiva, na administração comum, vivencia sua cidadania que, operacionalmente, segundo Pinski (1998: 18-19) “pode ser qualquer atitude cotidiana que implique a manifestação de uma consciência de pertinência e de responsabilidade coletiva”. Exigir direitos é parte da cidadania, mas respeitar os contratos sociais é sua contrapartida.

Ora, tudo isso é absolutamente necessário para a sobrevivência de um indivíduo e também, salvaguardada certas proporções, de uma empresa, entendida também como responsável social e composta por todos que vivem e gravitam em torno dela; daí a importância

fundamental da formação cidadã desde administradores até os mais simples empregados, desde que não se convertam naquele cidadão retratado por Buffa, Arroyo e Nosella, isto é, cidadãos educados, mas de “segunda categoria”.

No entanto, nem todas as empresas constituídas buscam essa integração com o meio ambiente social, incluindo aqui também o seu pessoal interno, e, devido à grande e profunda desigualdade social no país, a cidadania é uma prática cotidiana, a ser conquistada. Ser cidadão, conforme destaca Libanio (1996:19) “*é viver em grupos sociais que formam células vivas, cada vez maiores, de modo respeitoso*”. E ainda “*ser cidadão na família, nos grupos de trabalho e de lazer, na cidade pequena e na grande sociedade é um dado de toda nossa vida social*”, resumindo que “*cidadania implica um processo: a paixão se submete à razão; a razão e os interesses individuais se submetem à razão pública e aos interesses coletivos*”.

Quanto ao exercício da cidadania, Libanio (1996: 42), diz que

não se entende sem o reconhecimento das diferenças, das singularidades e das especificidades das pessoas, dos grupos, dos movimentos. Impõem-se viver numa sociedade em que predominem o pluralismo, o respeito e o convívio civilizado nas relações diárias com os inúmeros diferentes.

As empresas esperam que suas organizações devam estar preparadas para a vivência num mundo globalizado e capazes de uma eficiente relação dentro dos diferentes grupos sociais e no respeito à diversidade, inclusive de valores. Daí a necessidade premente da formação de profissionais que sejam também cidadãos.

E, após estas considerações, respondemos ao questionamento inicial também feito por Rodrigues (1984: 53): a quem interessa a nova educação ou as exigências da educação voltada à formação cidadã? Podemos concluir com o autor que “a educação está colocada a serviço da transformação social, do desenvolvimento econômico e da produção de riquezas (...), fundamentalmente à expansão e ao crescimento do capital”.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOS, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Círculo do Livro – Col. Primeiros Passos, 1995.
- AQUINO R. S. Leão et Alii. **História das Sociedades**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993.
- ARANHA, M. L. Arruda e MARTINS, M. H. P..**Filosofando-Introdução à Filosofia**. São Paulo: Moderna,
- _____. **Temas de Filosofia**. São Paulo: Moderna, 2001.
- ARANHA, M.L.Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 2000.
- _____. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 2000.
- BONAZZI, M. e ECO, U. **Mentiras, que Parecem Verdades**. São Paulo: Summus, 1980.
- BORNHEIM, Gerd. **Introdução ao Filosofar – O pensamento filosófico em bases existenciais**. São Paulo: Globo, 1989.
- BOSI, Alfredo. **Filosofia da Educação Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização, 1996.
- BOWDITCH, James L. e BUONO, Anthony F.. **Elementos de Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pioneira, 1992.
- BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. **O que é educação**. São Paulo: Círculo do Livro – Col. Primeiros Passos, 1995.
- BRANDÃO, Carlos F. (org.). **O educador, vida e morte**. São Paulo: Grahal, 1989.
- BRIDGES, Willian. **Um Mundo Sem Empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.
- BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental – O drama da raça humana**. Rio de Janeiro: Globo, 1986.
- BUFFA, Ester. *Ideologias em Conflito: Escola Pública e Escola Privada*. São Paulo: Cortez, 1979.
- BUZZI, Acângelo R. **Introdução ao Pensar – O Ser, o Conhecimento, a Linguagem**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1991.
- CANIVEZ, Patrice. **Educar o Cidadão?**. Campinas: Papyrus, 1991.
- CARMO, Paulo Sérgio. **A Ideologia do trabalho**. São Paulo: Moderna, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. **Filosofia**. São Paulo: Ática, 2002.
- _____. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- _____. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- _____. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- COMTE, A . **Curso de Filosofia Positiva**. São Paulo: Nova Cultura, 1988. (Os Pensadores)
- CORDI, Cassiano et alii. **Para Filosofar**. São Paulo: Scipione, 1995.
- CORETH, Emerich. **Questões Fundamentais de Hermenêutica**. São Paulo: USP, 1973.
- COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia – Ser, Saber e Fazer**. São Paulo: Saraiva, 1996.
- DESCARTES, R. **Discurso do Método**. São Paulo: Nova Cultura, 1987 (Os Pensadores)
- FERRETTI, Celso João et alii. **Tecnologias, Trabalho e Educação – Um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FREIRE, P. **A importância do Ato de Ler**. São Paulo: Autores Associados, 1996.
- FULLAT, Octavi. **Filosofias da Educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação**. São Paulo: Cortez, 1995.
- GHIRALDELLI, Paulo Jr.. **O que é pedagogia**. São Paulo: Círculo do Livro – Col. Primeiros Passos, 1995.
- GILLES, Tom's Ranson. **Filosofia da Educação**. São Paulo: EPU, 1993.
- GIROUX, Henry A. *Os Professores Como Intelectuais. Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- GOMES, Pedro Gilberto. **Comunicação Social – Filosofia, Ética, Política**. São Leopoldo: Unisinos, 1997.
- JOLIVET, Régis. **Curso de Filosofia**. Rio de Janeiro: Agir, 1970.
- KARSAKLIAN, Eliane. **Comportamento do Consumidor**. São Paulo: Atlas S/A, 2000.
- LARA, Tiago Adão. **A Filosofia Ocidental – do Renascimento aos Nossos Dias**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.
- LIBÁNEO, J. C. **Democratização da Escola Pública. A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos**. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 1984.
- LIMA, Lauro de Oliveira .**Mutações em Educação**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- LIPMAN, M. et alii. **A filosofia na sala de aula**. São Paulo: Nova Alexandria, 1995.
- LUCKESI, C.C.. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.
- MÁTTAR, João. **Filosofia e Administração**. São Paulo: Makron Books, 1997.
- MARX, K. **Crítica da Economia Política**. São Paulo, Nova Cultural, 1987 (Os Pensadores)
- MENDES, D. T. (Coord.). **Filosofia da Educação Brasileira: Brasiliense**, 1991.
- MORAIS, Regis de. **Sala de Aula – Que espaço é esse?** Campinas: Papyrus, 1993.

- MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 1996.
- NOLT, John e ROHATYN, Dennis. **Lógica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1991.
- PILETTI, Claudino. **Filosofia da Educação**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991.
- PLATÃO. **A República**. Brasília: UnB, 1989.
- REZENDE, A. M. de. **Concepção Fenomenológica da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.
- RODRIGUES, N. **Estado, Educação e Desenvolvimento Econômico**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1984.
- RODRIGUES, N. **Por Urna Nova Escola. O Transitório e o Permanente na Educação**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- SARUP, Madan. **Marxismo e Educação**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum a consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 1995.
- _____. **Política e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1988.
- SCHMITZ, Egidio F. **O homem e a Educação: fundamentos de filosofia da Educação**. Porto Alegre: Sagra, 1984.
- SEVERINO, A. J. **Filosofia da Educação**. S. Paulo: Cortez, 1992.
- ZUBEN, N. Aquiles Von. **A Filosofia e a Condição Humana**. Campinas: UNICAMP/Pro-Posições, 1993.
-